

Janeiro 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Municípios com dificuldades de prestação de contas	5
1.2 Mais de 200 famílias recebem bens de primeira necessidade	6
1.3 Pobrezas...	6
1.4 Programas podem reverter perdas do PIB per capita	7
1.5 Cunene: Kwenda abrange mais de 30 mil famílias no município de Ombadja	8
1.6 60 mil ex-militares vão receber apoio para o combate à fome e à pobreza	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 BNA dá ultimato à banca comercial para fazer mexer o PRODESI	11
2.2 Facilcred atribui 399 milhões de kwanzas a pequenos empreendedores em 2020	12
2.3 PRS espera alteração na forma de eleição do PR	13
2.4 BNA ameaça bancos com multas para impor crédito ao PRODESI	13
2.5 “Com os números actuais de inflação e estas taxas de juro o crédito à agricultura é inviável”	14
2.6 Microcrédito cria mais oportunidades	17
3. MERCADO INFORMAL	19
3.1 “Mercado informal é o de maior risco em qualidade sanitária”	19
3.2 Crianças recolhem garrafas de plástico para sobrevivência	20
3.3 Bancadas atenuam sofrimento	21
3.4 Artigos reciclados expostos dois dias em feira no Benfica	22
3.5 Encerramento de fronteiras retira “kinguilas” das artérias de Luanda	23
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	25
5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	25
5.1 Municípios com dificuldades de prestação de contas	25
5.2 Só um em cada 20 projetos elegíveis do PIIM foram concluídos até 2020	26
5.3 Propostas de leis atribuem competência ao Constitucional	27
5.4 Cerca de 23 mil empregos criados no âmbito do PIIM	28
5.5 A intervenção nos municípios	28
5.6 UNITA quer eleições autárquicas este ano	29
5.7 A importância das comissões de moradores	30
5.8 A importância das comissões de moradores	31
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	33
6.1 Imposto Predial está em pagamento	33
6.2 Habitação e Energia estão no centro das atenções	33
6.3 Afinal novos preços não vão beneficiar antigos contratos	34
6.4 Novas vendas sem data prevista, funcionários públicos com prioridade	35
6.5 Prevista tributação adicional para imóveis desocupados	35
6.6 Novo código poderá promover justiça fiscal a utentes de imóveis	36
6.7 Propostas de leis atribuem competência ao Constitucional	37

6.8	Casas da Centralidade da Caála são distribuídas	38
6.9	Habitação e Energia estão no centro das atenções	38
7.	TERRA	40
7.1	Habitação e Energia estão no centro das atenções	40
7.2	«Não fomos ouvidos no processo que ditou esta providência»	40
7.3	«Querem pessoalizar para tirar proveito da posição social ou política de Dino Matrosse»	41
7.4	Terras comunitárias: Delimitações impõem-se...	43
7.5	Construções ilegais invadem espaços desportivos na Huíla	44
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	45
8.1	GPL gasta mais de 1,4 mil milhões de dólares com operadoras de limpeza	45
8.2	Novo modelo de recolha de lixo «engavetado» há mais de dois anos	46
8.3	O nosso «lixo»	46
8.4	Manuel Caterça acusado de desviar mais de 10 mil milhões de kwanzas da Elisal	47
8.5	Ruas do Cazenga beneficiam de obras	49
8.6	Artigos reciclados expostos dois dias em feira no Benfica	50
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	51
10.	MINEIRA	51
11.	MIGRAÇÃO	51
12.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	51
12.1	Empresas chinesas americanas e europeias disputam' CFB	51

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Municípios com dificuldades de prestação de contas

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2021

Texto: Gabriel Benga

Os municípios estão com dificuldades de apresentar as contas das acções e dos valores que recebem, mensalmente, no quadro da implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, afirmou, ontem, ao Jornal de Angola, o director nacional da Unidade Técnica do referido programa.

Segundo Miguel Pereira, o Executivo, através do Ministério das Finanças, coloca, mensalmente, à disposição de cada município 25 milhões de kwanzas para a implementação de acções para o desenvolvimento local e combate à pobreza. Feitas as contas, anualmente, cada município recebe 300 milhões de kwanzas.

Aquele responsável do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) lembrou que os municípios são obrigados a prestar contas dos valores que recebem e das acções que executam, o que não tem sido feito com a regularidade exigida. A maior dificuldade que os municípios apresentam, disse, prende-se com a falta de técnicos qualificados nas administrações municipais para garantir a implementação do programa. "Há municípios que não têm sequer técnico algum. Outros não têm um técnico agrário, mas queremos exigir que se faça agricultura", lamentou. Outra dificuldade, acrescentou, prende-se com a falta de meios como catanas, enxadas e outros instrumentos básicos.

Miguel Pereira lembrou que as linhas orientadoras das acções a serem realizadas nos municípios estão previstas no Decreto Presidencial 140/18, de 6 de Junho, que aprova o programa, e do Decreto Presidencial 138/13, de 24 de Setembro, que regulamenta a merenda escolar. O Decreto Presidencial 140/18 estabelece que os municípios devem desenvolver projectos nos sectores da agricultura, pescas, capacitação e educação das mulheres e nos domínios ligados às parteiras tradicionais e à cidadania, através de atribuição de cédulas e Bilhetes de Identidade, assentos de

nascimento, atestados de residência, entre outras acções.

O programa procura, também, assegurar aspectos ligados à água e saneamento, que incluem a feitura de vários sistemas de abastecimento da água, disse. Outro projecto, acrescentou, tem a ver com os cuidados primários de saúde, que tem sido importante a nível das comunidades. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza prevê, ainda, acções ligadas à recuperação de vias e construção de pontes, pontecos, escolas e hospitais e apoio aos ex-militares. Miguel Pereira disse que no início do programa estavam registados 8.537 ex-militares, mas com o processo de recadastramento o número reduziu para 6.000, por razões de falecimento e movimentação para outras localidades.

Apesar desta mudança, os ex-militares continuaram a ser apoiados. "Foi um trabalho aturado, com uma interacção forte das administrações municipais e pensamos que, neste mês de Janeiro, vamos terminar este trabalho de recadastramento", garantiu. Miguel Pereira considerou prematuro fazer o balanço do programa porque só tem três anos de implementação, numa altura em que os municípios ainda estão a adaptar-se à implementação do mesmo. Admitiu que o ano de 2021 vai ser decisivo no acompanhamento e prestação de contas. Aquele responsável não revelou os municípios que estão melhor posicionados na implementação do programa, mas garantiu que se nota algum esforço com base nalguns sinais que estão a receber.

Um desafio de todos

Miguel Pereira sublinhou que o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento local são um desafio de todos, incluindo as igrejas, ONG e o sector privado. Qualquer análise que se queira fazer sobre o assunto, disse, deve contemplar aquelas instituições. Miguel Pereira defendeu melhor interacção entre as administrações municipais e a sociedade civil na implementação do Programa de Combate à Pobreza. Reconheceu que, no ano passado, houve um aumento da pobreza nas comunidades, tendo a pandemia da Covid-19 sido um dos impulsionadores deste incremento.

Informou que membros da Unidade Técnica do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza têm realizado visitas às províncias. De Maio a Junho do ano passado foram visitadas 12 províncias e para este mês os técnicos devem deslocar-se ao Moxico e Cuando Cubango. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza é coordenado pela ministra da Acção Social,

Família e Promoção da Mulher e é integrado por vários ministérios, com realce para o das Finanças e da Administração do Território.

1.2 Mais de 200 famílias recebem bens de primeira necessidade

Jornal de Angola
6 De Janeiro de 2021

Mais de 200 famílias, compostas por idosos, viúvas, órfãos e doentes, residentes nos bairros Balumuka, Ilha dos Embondeiros, Kilamba Kiayi, Terra Vermelha, Cassequel e Morro da Luz, no Rocha Pinto, Distrito Urbano da Maianga, receberam, durante a quadra festiva, bens de primeira necessidade, doados pela Associação Vida e Luz (AVILUZ)

Uma nota da AVILUZ enviada, ontem, ao Jornal de Angola, refere que o gesto deixou satisfeito os beneficiários que pediram à sociedade maior atenção, carinho e dignidade para com as pessoas mais necessitadas.

"Gostaríamos de agradecer o gesto dos nossos irmãos que pensaram em nós durante a época de festas e esperamos que outras pessoas sigam o mesmo exemplo", disse Manuela Baltazar, mãe de oito filhos, citada na nota.

Além da entrega de bens de primeira necessidade, os membros da AVILUZ, distribuíram, igualmente, brinquedos e roupas para as crianças, numa acção que decorreu sob o lema "Fique em casa".

No final da jornada, no sábado passado, o coordenador da AVILUZ, Edilson Matioma, manifestou satisfação pelo trabalho realizado em vários bairros da capital angolana, nos quais centenas de famílias beneficiaram de uma mão amiga.

"Reiteramos aqui o nosso compromisso de continuar a apoiar as famílias vulneráveis, lembrando que ontem filhos fomos, hoje pais somos e amanhã idosos seremos, pois essa é natureza e lei da vida", sublinhou.

Matioma reafirmou o desejo da AVILUZ de continuar a prestar assistência às famílias vulneráveis, pelo valor cultural que representam na sociedade.

"Apesar das nossas limitações, é nosso desejo continuar a levar o nosso carinho e amor às famílias carenciadas e tudo faremos para que assim seja. Para tal, contamos sempre com a mão mágica do Criador da Humanidade", garantiu o líder associativo, referindo-se à Deus

1.3 Pobrezas...

Jornal de Angola
10 De Janeiro de 2021

Por ser um tema fundamental para sairmos do buraco em que estamos há demasiado tempo, a discussão a que assisti despertou logo o meu interesse, apesar de algumas das afirmações me parecerem de uma pobreza quase tão profunda como a que aflige muitos dos angolanos...

Mas, antes de falarmos sobre ela, contextualizemos o "debate": uma lanchonete, quatro jovens que, depois de um dia de trabalho, trocavam ideias ...

- Sempre houve pobres e sempre haverá - ouvi. Temos é de impedir que eles invadam a cidade, tornando-a feia e perigosa - defendia um, no meio de outras frases feitas. Defendia também que cuidar dos pobres era assunto das igrejas, pois o Estado tem mais com que se preocupar; - Muitos deles são uns preguiçosos que preferem ficar a pedir esmola nos semáforos em vez de ir trabalhar - dizia outro - acrescentando que se devia levar essas pessoas todas para o campo onde certamente teriam trabalho.

Estas ideias, imbecis, não resistem a uma análise, mesmo que seja superficial. O problema é que qualquer análise exige trabalho e esforço para desafiarmos o que pensamos saber e sairmos da zona de conforto das nossas crenças, frequentemente assentes no desconhecimento. Isto explica a facilidade com que tanta gente se renda a falácias simplistas, ou haja líderes que as propaguem.

Confirmei o que já tinha verificado noutras ocasiões: a segurança com que se exprimiam parecia ser uma forma de ocultar a sua ignorância.

O que me prendeu mais a atenção foi o que defendia um terceiro indivíduo, que se esforçava para se fazer ouvir:

- O nosso país padece de várias pobreza. A mais visível, a pobreza material que oprime tantos, é uma consequência de outras. Na raiz está uma pobreza cultural que leva a priorizar o consumo material e o exibicionismo. Priorizar o que é vistoso em detrimento do que é valioso, mas pouco visível, como o conhecimento e a honestidade. E sem estas tomamos decisões erradas que, entre outras coisas, também produzem carências materiais - concluiu.

O quarto indivíduo, o que parecia mais desinteressado na conversa, apoiou-o com um encolher de ombros:

Se os que tomam as decisões pelos outros, estiverem também encandeados por esse brilho do diamante, isso pode fazer estragos. Será que isso também ajudou a criar os tantos pobres que temos?

Promover a erradicação da pobreza é a obrigação do nosso Estado, estabelecida na alínea e), do artigo 21º, da Constituição.

Uma das pesadas heranças da nossa prolongada guerra civil, para além da perda directa de vidas, foi a destruição da economia, a todos os níveis. O colapso da economia rural, em especial, desencadeou outros problemas, em cascata, que alimentaram o aumento catastrófico da pobreza: escassez de produtos alimentares, que para alguns passaram a ser importados; migração acelerada para as zonas urbanas, com o conseqüente crescimento de um peri-urbano desestruturado, numa dinâmica que continua até aos dias de hoje.

Passados quase 20 anos desde a assinatura dos acordos de paz - e considerando a bonança do petróleo - é caso para nos perguntarmos se a pobreza de hoje não tem as suas principais raízes noutros factores que não a guerra. Em que medida ela é consequência de políticas inadequadas ou mesmo do desvio massivo de riqueza pública? Será que se têm atacado as reais causas da pobreza?

Desde há muito que o combate à pobreza tem estado presente no discurso e nas políticas públicas do país. E também nas críticas que lhe são feitas, na acção de organizações da sociedade civil, e nos financiamentos de organizações internacionais.

Consideráveis recursos têm sido canalizados para este objectivo. São de realçar os programas de instituições como o Fundo de Apoio Social (FAS) - activo desde a década de 90 - e as várias gerações de Programas de Desenvolvimento Municipal, mais ou menos integrado, e de Combate à Pobreza. No entanto, considerando a situação actual, é de questionar a estratégia que esteve na base da sua formulação, e o nível de integração das diferentes políticas sectoriais, na perspectiva da erradicação da pobreza.

O conhecimento, e a sua promoção, é a principal ferramenta para este combate, a par do tratamento das pessoas com menores rendimentos como actores centrais da transformação da sua situação. Mas o nível a que se chegou é tão preocupante, que a recomendação de se dar a semente (e o adubo), em vez do pão, não se afigura suficiente. Daí o bom acolhimento de programas de distribuição directa de dinheiro, como é o caso do Kwenda, mesmo se limitados.

Os resultados escalpelizados nos últimos relatórios sobre a pobreza multidimensional são tão graves, que não podemos deixar de formular perguntas como: será que disponibilizamos recursos suficientes para erradicar realmente a pobreza? Estarão eles a ser bem aplicados (por exemplo, que percentagem se gasta em construções e equipamentos, no desenvolvimento de capacidade, na manutenção e no funcionamento de serviços)?

Como se compreende que tantas das nossas crianças, em particular as das zonas rurais, continuem em risco de ver a sua pobreza perpetuada, por uma alimentação deficiente, associada a um ensino inadequado? Que programas de fomento da economia são desenhados com foco nos mais desfavorecidos? E com que resultados?

Erradicar a pobreza, é, sem dúvida, uma causa que nos deve mobilizar a todos: Estado, Sociedade Civil e Sector Privado. O questionamento das políticas adoptadas, e o rigoroso escrutínio dos seus resultados, deve ser, por isso, uma prioridade

I.4 Programas podem reverter perdas do PIB per capita

Jornal De Angpla

Data: 10 De Janeiro de 2021

Texto: Helder Jacinto

Governo está a aplicar programas para que o país beneficie do “Dividendo Demográfico”, em que quanto maior for a população, mais elevado é o crescimento, afirmou o secretário de Estado para o Planeamento, ao confirmar a este jornal, na sexta-feira, a perda de metade do Produto Interno Bruto (PIB) per capita angolano de 2018 a 2020, de quatro para dois mil dólares.

Milton Reis confirmou números de uma actualização, divulgada em Dezembro, do “Panorama Económico Mundial”, uma publicação do Fundo Monetário Internacional (FMI) onde é analisado o desempenho das economias de 200 países e territórios e onde é revelada, pela primeira vez, a queda do PIB per capita angolano nos últimos dois anos.

O PIB per capita deduz o rendimento disponível do número de habitantes de um país durante um determinado período de tempo, o que, no caso de Angola, acabou por revelar um acentuado empobrecimento da população. O secretário de Estado atribuiu a queda do rendimento disponível por habitante à contracção da actividade económica, com índices de crescimento negativos ao longo dos últimos cinco anos, diante de uma expansão acelerada

da população, a um ritmo médio anual de 3,1 por cento.

Estes factores, prosseguiu Milton Reis, foram agravados pela queda dos preços e a baixa dos níveis de produção de petróleo, o que associado à liberalização da taxa de câmbio, em 2018, teve reflexos directos na diminuição significativa da riqueza do país, onde a moeda de reserva predominante é o dólar.

O secretário de Estado notou que “as estimativas do PIB de 2020 ainda estão por apurar”, mas lembrou que a economia “ressentiu profundamente” os efeitos da pandemia da Covid-19, com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em Setembro do ano passado, a declararem que a actividade económica contraiu 0,5 por cento no primeiro trimestre e 8,8 no segundo.

Este desempenho foi influenciado, em grande medida, por um menor preço dos hidrocarbonetos no mercado internacional e uma redução no volume de barris produzidos, com variações negativas de 2,7 e 10 por cento no primeiro e no segundo trimestre, respectivamente.

O sector não petrolífero registou uma variação positiva de 0,1 por cento no primeiro trimestre, embora os três meses seguintes tenham ficado marcados por uma contracção de 9,2 por cento, decorrentes das medidas de confinamento e de interdição de grande parte das actividades produtivas.

Essa evolução, anunciou, levou o Ministério da Economia e Planeamento a estabelecer estimativas preliminares que apontam para um terceiro trimestre de crescimento negativo em termos homólogos, projectando-se, para o cômputo de 2020, uma contracção do PIB de 4,0 por cento.

Dividendo Demográfico

O secretário de Estado citou projecções do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) que apontam, para Angola, uma população de 41,8 milhões de habitantes em 2030 e de cerca de 67,9 milhões em 2050, caso forem mantidas as actuais taxas de fecundidade, mas, se forem adoptadas medidas para as reduzir, o país tem uma população de 55 milhões em 2050.

Esses dados conferem ao país a segunda maior taxa de fecundidade mundial, atrás do Níger, realçou o secretário de Estado, revelando que o fenómeno demográfico tem sido estudado, assim como têm sido implementadas acções de modo a que a economia beneficie deste ganho demográfico em termos de produtividade, ou do “Dividendo Demográfico”.

Em termos práticos, o “Dividendo Demográfico” implica que “mais angolanos resulte em maior e melhor produção de bens e serviços, sendo, para isso, necessário continuar a apostar na melhoria do sistema de Educação e Saúde, bem como assegurar que os jovens concluem o ciclo escolar obrigatório, isto é, apostar na melhoria do Índice de Capital Humano”, disse.

Milton Reis frisou que é com base no cenário actual que urge a necessidade de aumentar a produção nacional, o que levou o Executivo a solicitar o apoio ao FMI, através do Programa de Financiamento Alargado (EFF), com vista à adopção de medidas para assegurar a estabilidade macroeconómica (condição necessária para o crescimento sustentável), bem como a assistência do Banco Mundial na melhoria do ambiente de negócios e a atracção de investimento privado, entre outras medidas económicas a serem implementadas pelo Governo.

1.5 Cunene: Kwenda abrange mais de 30 mil famílias no município de Ombadja

Jornal de Angola
16 De Janeiro de 2021

Trinta e uma mil famílias, das 42 mil previstas, foram cadastradas no município de Ombadja, província do Cunene, para beneficiar do programa de transferências sociais monetárias (Kwenda), a partir de Fevereiro deste ano.

Na fase piloto, que decorreu em Julho de 2020 em 10 localidades da comuna de Xangongo, mil e 17 famílias, das mil 656 seleccionadas no município de Ombadja, beneficiaram de 254,3 milhões de Kwanzas. O projecto visa reforçar a assistência social e económica às famílias mais carenciadas do país.

Os primeiros beneficiários receberam trimestralmente 25 mil e 500 kwanzas, na ordem de oito mil e 500 Kwanzas/mês. Em declarações, ontem, à Angop, a chefe de Departamento Executivo do Fundo de Apoio Social (FAS) no Cunene, Pancrácia Hossi, explicou que, nesta fase de expansão, o Kwenda cobriu as comunas de Ombala- Yo- Mungo, Humbe, Mukope e Naulila (Ombadja).

Fez saber que depois das fases sequenciais, que iniciou com o pré-cadastramento, fixação das listas provisórias e definitivas, seguirá o processo de pagamento às famílias seleccionadas e potenciais vulneráveis. “Estamos a trabalhar de forma afincada para que o processo no final seja credível e

transparente e, para isso, temos que seleccionar pessoas verdadeiramente vulneráveis”, afirmou.

Pancrácia Hossi disse que, a par das modalidades de pagamento na fase piloto (por cartão multicaixa e via telefone), nesta fase irão entregar o dinheiro à mão, pelos bancos, nas sedes comunais, para facilitar as famílias que vivem distantes. O município de Ombadja, a 97 quilómetros da cidade de Ondjiva, tem uma população de 304 mil 943 habitantes que se dedica à prática da agricultura, pesca e pastorícia.

O mesmo processo do projecto Kwenda decorre no município do Curoca, onde foram cadastrados nove mil e sete famílias em 84 localidades, que também vão beneficiar a partir do próximo mês de Fevereiro, os 25 mil e 500 kwanzas, trimestralmente.

O programa, com duração de três anos, prevê beneficiar um milhão 608 famílias nas 18 províncias do país e conta com um financiamento global de 420 milhões de dólares (320 milhões atribuídos pelo Banco Mundial e 100 pelo Executivo angolano).

A iniciativa íntegra quatro componentes: reforço da municipalização da acção social, através da criação e funcionamento de Centros de Acção Social Integrados (CASI), fortalecimento do Cadastro Social Único, transferências monetárias e inclusão produtiva.

1.6 60 mil ex-militares vão receber apoio para o combate à fome e à pobreza

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2021

Texto: Avelino Umba

Cerca de 60 mil ex-militares, de um total de 80.537, foram cadastrados, com vista a beneficiarem de apoios, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), deu a conhecer, esta sexta-feira, em Luanda, o coordenador do grupo técnico do sector.

Miguel Pereira falava na reunião ordinária promovida pelo MASFAMU com os directores nacionais e provinciais dos vários sectores, que serviu para abordar as principais acções desenvolvidas em 2020. O encontro também debateu a situação actual dos ex-militares, orçamento e principais acções para 2021, bem como o trabalho de monitorização a ser realizado ainda este ano.

Ao intervir na reunião, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, mostrou-se satisfeita com as contribuições recolhidas no evento e apelou maior engajamento de todos para que as acções sejam visíveis. Contudo, não revelou o número de projectos já realizados e ainda em carteira.

"Reconhecemos que a ajuda de controlo da equipa técnica a nível dos municípios melhorou, sobretudo no empenho dos administradores. Já se fez muito, pois há acções visíveis em termos de infra-estruturas construídas no âmbito do combate à pobreza, assim como a integração de algumas famílias e ex-militares", notou.

Deste modo, apelou o empenho de todos para que o programa conheça mais avanços, uma vez que há metas a atingir, e espera que 2021 seja melhor que o ano transacto, pois o Covid-19, que fustigou o mundo, e Angola não ficou de parte, amputou vários projectos.

Faustina Alves mostrou-se optimista quanto à realização de projectos e garantiu que 2021 será um ano diferente, porquanto já se começou a ver algumas melhorias, a julgar pela apresentação de relatórios e do envolvimento dos membros dos municípios, em função dos objectivos do Programa de Combate à Pobreza.

Questionada sobre o número de projectos e das famílias já reintegradas, a também coordenadora do Programa de Combate à Pobreza preferiu não ir muito pelos algarismos, mas sim pela visibilidade e a capacidade de determinados projectos.

"Para mim, as metas são para serem cumpridas. Por isso, começar com poucos projectos e concluí-los bem, e que tenham a sustentabilidade de continuidade. Este é, portanto, o foco primordial" precisou.

Descartada desvios de fundos públicos

O secretário do Sector Produtivo do Presidente da República, Isaac dos Anjos, disse que não há, por parte das administrações municipais, desvio de fundo cabimentado a estas instituições com base no Programa de Combate à Pobreza. "Enfrentado, sim, algumas dificuldades nas suas aplicações".

Isaac dos Anjos reconheceu que não tem havido desvios de recursos do Programa de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza. Explicou que o que tem acontecido é a aplicação nas rubricas não específicas do programa, do montante disponibilizado às administrações municipais.

Informou que o orçamento tem sido disponibilizado e cada município recebe 25 milhões, mas, muitas vezes, são usados em despesas gerais, ao invés da sua aplicação nos programas específicos. "Temos nos deparado com informações, através da imprensa, sobre possíveis desvios que, muitas vezes, não correspondem com a verdade. Não entendemos o termo correcto quando os recursos são mal aplicados. Desvios ou mal aplicação", questionou-se.

Para o secretário do Sector Produtivo do Presidente da República, as administrações municipais não recebem outros recursos, senão mesmo os 25 milhões de kwanzas, mensalmente, para usá-los de forma justificada. Esclareceu que no orçamento aprovado este ano pelo Governo, o Ministério das Finanças fez saber que os municípios que não prestarem contas do Programa de Combate à Pobreza serão penalizados, não podendo receber verbas no mês seguinte.

Para o secretária de Estado do Orçamento do Ministério das Finanças, Aia-Eza da Silva, o Programa, na vertente financeira, tem sido cumprido com aquilo que está previamente estabelecido. "Os municípios têm recebido, nos últimos dois anos e meio, as verbas destinadas ao Programa de Combate à Pobreza, correspondente a 25 milhões de kwanzas por mês.

Reconheceu que a verba atribuída, para alguns municípios, pode não ser suficiente, mas disse que os gestores devem prestar contas de forma frequente. "Já temos alguns administradores a prestar contas de forma regular, enquanto outros nem sequer respondem sobre a prestação de contas de trabalhos executados, situação que se espera pela correcção, para não penalizar a comunidade", alertou a secretária de Estado para o Orçamento do Ministério das Finanças.

2. MICROFINANÇAS

2.1 BNA dá ultimato à banca comercial para fazer mexer o PRODESI

Jornal Expansão

8 De Janeiro de 2021

Texto: Martins Chambassuco

Os bancos têm até Abril para cumprir as metas do número de créditos a conceder a projectos submetidos à banca ao abrigo do Aviso 10/2020 do Banco Nacional de Angola (BNA) que visa fomentar a produção nacional, de acordo com um novo instrutivo do banco central, que é encarado pela banca como um ultimato.

O instrutivo 21/2020 estabelece 30 de Abril de 2021 como a data-limite para cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 4º do Aviso nº 010/2020 sobre a Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia e para o último reporte de informação. Entre os requisitos está a obrigação de saldo do crédito contratualizado por cada banco corresponder a, no mínimo, 2,5% do valor total do activo líquido. Ainda de acordo com este artigo, as instituições financeiras bancárias com activo líquido de 1.500 milhões Kz devem assegurar a contratualização de um mínimo de 50 novos créditos, e as que tiverem activo líquido inferior devem assegurar 20 novos créditos.

Quanto ao reporte de informação, os 24 bancos que aderiram às linhas de crédito para o financiamento do Programa de Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) têm até 14 de Maio de 2021 para a divulgação do balanço dos financiamentos realizados.

O regulador alerta, por outro lado, que para o efeito do último reporte, apenas deve ser reportada a informação sobre o crédito desembolsado na sua íntegra e ou parcialmente até 14 de Maio próximo.

Com esta medida, de acordo com especialistas, o BNA quer ter a informação real do que está a ser feito em termos de financiamentos, uma postura que contraria o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, que recentemente avançou que para o seu pelouro interessava apenas o crédito aprovado e não o desembolsado.

"O BNA quer estar por dentro do que está a ser feito. O último balanço do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) apresentou um quadro de mais

de 400 mil milhões Kz aprovados para o financiamento dos projectos empresariais, mas só 40% desse valor foi desbloqueado, essa é a grande preocupação do banco central", disse uma fonte ao Expansão.

Em caso de incumprimento, os bancos incorrem ao pagamento de multas e outras sanções. Certo é que a banca tem sido avessa à concessão de crédito à economia, já que opta por aplicar os recursos em activos como títulos de dívida pública, mais rentáveis e mais seguros. É neste sentido que se olharmos para as fontes de financiamento dos 190 mil milhões Kz já desbloqueados pela banca comercial no âmbito do PRODESI, apenas 4% resulta do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) criado há dois anos para financiar este programa nacional que visa aumentar a produção nacional para diminuir as necessidades de importação (ver gráfico).

Aviso 10/20 do BNA pagou 80% do crédito do PRODESI. Cerca de 15% dos financiamentos desbloqueados pela banca resultam das linhas de crédito criadas no âmbito do alívio económico para combater a pandemia.

Mas o grosso dessas verbas, 80% do dinheiro desbloqueado pela banca para o PRODESI, resulta do Aviso 10/20, o que significa que os bancos só emprestaram porque foram obrigados, caso contrário, pagarão multas.

Segundo um banqueiro adiantou ao Expansão, esta imposição do banco central não é bem vista pela banca já, por norma, apesar de os bancos centrais no estrangeiro definirem rácios de concessão de crédito, essa concessão depois depende das políticas de crédito das próprias instituições. "Não pode ser o banco central a impor máximos de taxas, por exemplo. Ainda para mais, quando falamos de taxas muito abaixo da inflação", disse.

Contas feitas, este instrumento do banco central para apoiar o programa de diversificação da economia com estímulos ao sector produtivo já desembolsou 152,6 mil milhões Kz, do total dos 190,0 mil milhões concedidos à economia pelos cinco instrumentos de financiamentos criados para dinamizar o PRODESI criado há quase três anos e que tinha como mecanismo único de crédito, oPACo

A justificação do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) é de que o crédito à economia no âmbito do Aviso 10/20 do BNA tornou-se mais atractiva em função dos juros bonificados e poucas exigências de garantias. Por outro lado, o MEP desconhece se as empresas recorreram mais ao alívio

económico do que à banca comercial, porque é uma actividade da competência da banca.

Apesar de ser um mecanismo de financiamento à economia, o Alívio Económico foi uma medida emergencial operacionalizada pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), para acudir o efeito da pandemia nas empresas, como apoio directo às empresas do ecossistema do sector produtivo que precisavam de liquidez para a compra da produção agrícola para a sua distribuição e comercialização e liquidez para importação dos insumos agrícolas e pescas.

Os empresários têm contestado as exigências dos bancos comerciais e, por isso, garante o MEP, o BDA está a executar as linhas de financiamento no âmbito do alívio, eliminando algumas barreiras burocráticas, sem prejudicar a garantia do reembolso dos valores financiados com juros de 9%, com carência de seis meses e com uma maturidade de dois anos.

Ate final de 2020 foram aprovados, pelos bancos, 637 projectos, no âmbito do PRODESI, dos quais 247 receberam financiamentos e 390 aguardam financiamento, ou seja, do total de projectos aprovados apenas 38,7% recebeu o financiamento aprovado.

Dos financiamentos disponibilizados, 41,3 mil milhões Kz, o equivalente a 22%, foram desembolsados pelo Standard Bank Angola (SBA), sendo este o banco que lidera o consórcio de instituições financeiras que aderiram ao PRODESI, enquanto o Keve e BIC, vêm nas posições seguintes com 38,0 e 29,9 mil milhões Kz, respectivamente.

Em termos sectoriais, desta- que para a pecuária, indústria transformadora e agricultura, que são os sectores que mais verbas receberam (ver gráfico).

Em mais de dois anos do lançamento do PRODESI ainda não se chegou a metade do crédito aprovado pelos bancos que aderiram ao programa para apoiar empresas de diferentes sectores de actividade.

2.2 Facilcred atribui 399 milhões de kwanzas a pequenos empreendedores em 2020

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2021

A sociedade de micro-crédito Facilcred atribuiu, no exercício económico de 2020, o montante de 399

milhões de kwanzas a 485 micro- empreendedores nacionais.

Segundo uma nota, o financiamento é feito ao abrigo da linha do Alívio Económico, gerida pelo Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA).

O documento sublinha que a Facilcred é a operadora que mais projectos financiou no âmbito da linha de crédito posta à disposição dos diferentes operadores de microcrédito angolano. São no total 485 os micro-empresários já apoiados, ascendendo o montante disponibilizado a 399 milhões de kwanzas.

As províncias do Huambo, Luanda e Namibe são as regiões onde os projectos têm sido desenvolvidos e apoiados, em áreas de actividade como agricultura e pescas (incluindo o processamento e conservação de pescado) e reciclagem de resíduos sólidos. Para que os pequenos e micro-empresários possam aceder a esses apoios, a nota informa que é obrigatório que sejam titulares de uma conta bancária devidamente actualizada.

O Banco de Negócios Internacionais (BNI) é o parceiro da instituição para este projecto, tendo apostado na abertura célere das contas necessárias junto dos preponentes dos projectos.

Os responsáveis mostram-se satisfeitos e empenhados em alargar o âmbito dos apoios que têm vindo a conceder e apostam no apoio de A a Z aos pequenos e micro-empresários, prestando-lhes também suporte na preparação de candidatura e na operacionalização das contas bancárias necessárias com o apoio do BNI.

Contribuir para “a descentralização da actividade produtiva em todo o país e para o bem-estar das populações, através da criação de emprego, é um dos objectivos da instituição de crédito”, sublinham.

A linha de crédito do FACRA está avaliada em 4 mil milhões de kwanzas e destinase a financiar investimentos financeiros de longo prazo, que permitem às micro, pequenas e médias empresas e aos micro-empresários a concretização dos projectos e a transformação em negócios rentáveis e com impacto na sociedade, sobretudo nas comunidades onde se inserem.

2.3 PRS espera alteração na forma de eleição do PR

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2021

O presidente do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, afirmou, ontem, em Luanda, que aquela formação política pretende que a revisão pontual da Constituição, anunciada pelo Chefe de Estado, inclua a revisão na forma de eleição do Presidente da República e dos deputados à Assembleia Nacional.

Reagindo ao anúncio do Presidente da República, João Lourenço, na abertura da 2ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, Benedito Daniel acrescentou que, caso se pudesse ter uma eleição legislativa, presidencial e autárquica, seria uma solução política viável.

Segundo Benedito Daniel, a atipicidade existente na actual Constituição, de eleição do Presidente da República como cabeça de lista dos deputados, "é um método que não é muito aconselhável".

"Esta questão de termos eleições gerais e se às eleições gerais se vai adicionar mais as eleições autárquicas é muita confusão. O povo vai entrar numa incompreensão que será muito difícil de distinguir. Mas, se nós pudéssemos ter uma eleição legislativa, uma eleição presidencial e uma eleição autárquica, seria muito melhor", assegurou.

O presidente do PRS saudou a proposta de se permitir a fiscalização dos actos do Governo, justificando que a falta de fiscalização tira alguma eficiência e eficácia aos programas que o Governo executa.

Eliminação do gradualismo

Quanto à eliminação do gradualismo na Constituição para as autarquias, proposta pelo Titular do Poder Executivo, Benedito Daniel avançou que este é um ponto fracturante entre a oposição e o Governo. Ao ser eliminado, disse, poderá dar-se um passo em frente-

Sobre o voto no exterior, o presidente do PRS disse que o sufrágio já estava consignado na lei anterior, mas a Constituição de 2010 aboliu esse direito.

Benedito Daniel sublinhou que esse direito tem sido reclamado pela maioria dos cidadãos residentes no estrangeiro. Quanto à independência do Banco Nacional de Angola, o deputado do PRS assegura que essa questão já foi muito debatida no Parlamento,

embora vezes há que consideram prematuro um banco independente.

2.4 BNA ameaça bancos com multas para impor crédito ao PRODESI

Jornal Expansão

15 De Janeiro de 2021-03

Texto: Nelson Rodrigues

Vários bancos comerciais queixam-se de estarem a ser pressionados e ameaçados pelo Banco Nacional de Angola (BNA) através de cartas e emails para que cumpram o mínimo de créditos exigidos no Aviso 10/2020, sob pena de serem penalizadas com multas, agravadas no caso de reincidência. Ainda assim, banqueiros dizem preferir pagar as multas que podem ir até ao máximo de 150 milhões Kz em vez de arriscar os depósitos dos clientes em financiamentos que representam riscos de incumprimento.

"Serão consideradas agravantes as situações de reincidência", diz um dos emails a que o Expansão teve acesso, no qual o banco central recorda à instituição bancária que o cumprimento do aviso é de "carácter obrigatório" e onde lhe indica que o número de novos créditos financiados é muito reduzido. Nessa comunicação, o BNA alerta também que cabe ao banco central aplicar as respectivas multas.

É por este tipo de comunicações que vários banqueiros e administradores de bancos revelaram ao Expansão estarem perplexos com esta imposição para aumentar o financiamento por via deste aviso que representa já 80% dos financiamentos do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). Alertam também que esta imposição ultrapassa os limites de independência do banco central face ao poder político, o que não cai bem em instituições internacionais como o FMI ou o Banco Mundial.

O PRODESI é uma iniciativa do Governo e conta com apoio do BNA, que, através dos mecanismos de controlo e supervisão do sistema bancário nacional tem "obrigado" os bancos comerciais a canalizarem parte dos seus activos - 2,5% do activo registado no balanço de 31 de Dezembro de 2019 - para créditos à economia com o objectivo de cumprir metas do Governo em termos de aumento da produção nacional para diminuir as importações.

De acordo com as fontes, estas comunicações aceleraram com a entrada em vigor do instrutivo nº 21/2020, de 23 de Dezembro, que determina um novo prazo para o cumprimento das metas de crédito previstas no Aviso n.º 10/2020. Os bancos cujos activos são superiores a 1.500 milhões Kz estão obrigados a financiar um mínimo de 50 projectos ao abrigo do aviso. Já os bancos mais pequenos têm que conceder 20 créditos. Só que não há bancos com menos de 1.500 milhões Kz de activos. Como a maior parte os bancos não cumpriram essas imposições até final de 2020, o banco central concedeu um alargado a vários projectos que chementou do prazo até 30 de Abril.

Só que os bancos continuam a ser avessos à concessão de crédito, com a maioria deles a apontar a fraca qualidade dos projectos submetidos ou a falta de garantias dos empresários.

De acordo com a lei de bases das instituições financeiras ainda em vigor, as instituições que cometerem simples contravenções serão sujeitas a multas que vão desde os 150 mil Kz aos 150 milhões.

No ano passado, 12 bancos foram multados por questões relacionadas com o incumprimento na concessão de crédito, e correm agora o risco de multas agravadas por reincidência caso não cumpram os mínimos exigidos pela norma do BNA. Tratam-se de bancos como o BFA, o BIC, o Atlântico, SOL, Finibanco, BCI, BNI, BCH, BCA, Prestígio, Yetu e Bai Micro finanças. Neste caso específico, as multas rondaram entre os 23 milhões Kz e os 45 milhões.

Como o banco central alerta para o agravamento das multas no caso de incumpridores reincidentes, estes estão sujeitos a pagar multas próximas dos 150 milhões Kz.

Bancos contra imposições do banco central

Fonte da Associação Angolana de Bancos (ABANC) diz que as instituições bancárias ainda não decidiram uma posição conjunta, mas vários administradores bancários consultados pelo *Expansão* já se manifestaram contra a medida do regulador. É o caso, por exemplo, de uma fonte do Banco de Fomento Angola (BFA) que considera a medida do regulador como "invasiva".

Segundo a fonte, o banco central não pode determinar o prazo para crédito e ao mesmo tempo as modalidades do negócio. "Se o BNA quer que se concedam os créditos e já determinou os critérios de como isso tem de ser feito, não pode, ao mesmo tempo, dizer em quanto tempo deve ser materializado. O regulador conhece o perfil dos

empresários nacionais. Isto é matar a actividade bancária", criticou.

Por sua vez, o economista Rúben Ramos considera que a decisão do banco central é "insustentável e dissociada de um fundamento lógico". Na opinião do também analista dos mercados financeiros, os bancos captam depósitos com o objectivo de transformá-los em crédito para a economia, mas a conjuntura macroeconómica nacional impôs inúmeros desafios às instituições que lidam há demasiados anos com problemas criados pelo malparado na economia.

"Quando uma economia se encontra em recessão há cinco anos consecutivos, os projectos de investimentos tornam-se económico e financeiramente inviáveis, o que eleva o rigor no tratamento dos processos aquando da decisão de ceder ou não crédito. Obrigá-los a financiar a economia, num período como este, é condená-los aos prejuízos", defende o economista.

Para o economista, a estratégia seria deixar os bancos actuarem da forma que sabem, e não restringir as operações. "Se a situação for complicada para os bancos, será pior para a economia em geral, principalmente a do sector produtivo", adverte.

O *Expansão* questionou o banco central sobre as acusações de banqueiros e administradores da banca, bem como sobre o balanço dos créditos concedidos e já desembolsados pelos bancos ao abrigo do aviso 10/2020, mas o gabinete de comunicação do BNA remeteu esclarecimentos para a próxima semana.

2.5 “Com os números actuais de inflação e estas taxas de juro o crédito à agricultura é inviável”

Jornal Expansão

15 De Janeiro de 2021

Texto: Faustino Diogo (texto) e César Magalhães (fotos)

As políticas que têm sido implementadas para o sector empresarial são suficientes e ajustadas?

No sector empresarial vou dar um enfoque particular ao sector empresarial privado, que considero ser uma das ferramentas fundamentais para promover a retoma da economia angolana, assim como o desenvolvimento do País. E aqui vou centrar-me, em particular, nas micro, pequenas e médias empresas ...

Porquê?

... porque este sector, particularmente na fase em que o nosso País se encontra, nos ajuda a resolver um problema estruturante que temos: o desempenho equilibrado das micro, pequenas e médias empresas ajuda a reduzir o índice de desemprego. São estas empresas que trazem soluções ajustadas às necessidades das comunidades. As grandes empresas resolvem o problema da arrecadação, crescimento económico, etc .. Mas, no dia-a-dia, a necessidade dos cidadãos no município, na localidade onde se encontra, a solução para a produção de bens ou serviços é proporcionada pelas micros, pequenas e médias empresas.

Este não é um discurso bonito para a nossa realidade?

De maneira nenhuma. Temos é de fomentar o surgimento de mais micro, pequenas e médias empresas. E trazer uma terceira vertente que é fundamental, que é redução da pobreza. Proporcionando o surgimento de milhares de empresas, resolvendo temas estruturantes, como o desemprego, pobreza, necessidades das comunidades, aí sim, estaremos a falar de um processo de retoma eventual da nossa economia. O nosso País, há poucos anos, teve níveis consideráveis de crescimento económico, porém este crescimento não era acompanhado do desenvolvimento económico. O cidadão deve sentir o crescimento económico na sua vida. o papel das micro, pequenas e médias empresas que descreve corresponde ao que diz a ciência económica. No nosso mercado, é essa a realidade? Para mim, é inequívoco que quem deve desempenhar o papel principal no crescimento e desenvolvimento económico são estas empresas. Mas devo ser realista e admitir que devido a questões conjunturais isso ainda não acontece. Estamos a vir de 5 anos consecutivos de recessão e o sector empresarial privado, financeiro, instituições, sociedade civil ressentiram-se desta situação. E as empresas, fazendo parte de toda esta dinâmica, naturalmente também não puderam desempenhar o papel que seria desejável.

Como é que estas empresas podem desenvolver os seus papéis numa economia com os estrangulamentos que a nossa tem?

Os constrangimentos para as nossas empresas são bem conhecidos e de vária ordem. Dificuldade de acesso ao crédito, excesso de informalidade, burocracia excessiva, excessiva carga fiscal... Mas, olhando para o estágio da nossa economia, consideramos ser fundamental a capacitação para que as empresas desenvolvam o seu papel. O nosso País

está perante um desafio, que é o da retoma da economia, aumentar os índices de competitividade para podermos ombrear de igual com outras economias, principalmente aqui da região. Por isso, considero que a capacitação, treinamento das empresas, diferente cultura empresarial (porque durante muito tempo as nossas empresas estiveram ancoradas ao sector estatal) são fundamentais para o sucesso das empresas.

Isso basta?

Já são conhecidos bons exemplos de empresas com excelente desempenho. Mas para os números que se pretende é necessário que haja muito mais empresas preparadas para este desafio. É necessário capacitá-las no domínio da gestão, literacia financeira, legislação e outros aspectos. É um processo que demora, estamos a falar de mudança de cultura empresarial, não será do dia para a noite, mas é um processo que traz sustentabilidade. O conhecimento permanece ao longo dos tempos e, quando tivermos mais empresas preparadas e capacitadas para este desafio, as coisas acontecem.

A falta de cultura empresarial de que fala terá resultado da forma como muitos negócios foram desenvolvidos, sendo suportados pelo sector público?

No passado, houve um período onde todo o mundo queria fazer negócios com o Estado, estar vinculado ao sistema das ordens de saque, mas com a implementação, por exemplo, de um sistema rigoroso de contratação, as coisas estão a mudar. Exige-se a adaptação das empresas a esta nova era que promove a concorrência entre si. Já não basta ter um nome, exige-se provas dadas, capacidade para realizar determinado serviço ou fornecer determinado bem. Só que este processo não está a ocorrer à velocidade que seria desejável.

Porquê?

Continuamos a colocar a tónica na diversificação da economia, com destaque especial no sector agrícola. O potencial agrícola está no interior do País, é aí onde realmente se faz a agricultura. Se queremos, de facto, levar a sério a questão da diversificação naturalmente que é nestas zonas que devemos levar essas valências e potencializar estas empresas. É verdade que não podemos esquecer os grandes pólos, como por exemplo, Benguela e Luanda, mas devemos aí também reforçar o tema da industrialização. No ano passado, demos um salto grande no que diz respeito à produção nacional e a prova disso é a redução significativa das importações.

Mas depois chocamos com a crónica situação do escoamento dos produtos...

O escoamento não deve ser interpretado simplesmente pela capacidade de trazer produtos dos campos para os centros de distribuição. Escoamento também pode ser a integração dos produtos dos campos nas indústrias. Portanto, tem de haver aqui os consumidores industriais que vão promover a transformação do produto do campo.

Onde ficariam estas indústrias?

Não muito longe dos locais de produção. E ainda há um outro factor mais desafiante depois de ultrapassamos a questão do escoamento, que é o tema da qualidade. Estamos a produzir vários produtos mas vai chegar uma altura em que estes produtos têm que ser competitivos. Temos de melhorar a qualidade da nossa produção, mas estamos a evoluir. O processo de fomento à produção ainda não terminou, estamos no bom caminho.

Destaca a redução das importações. Não estamos a falar de reduções suportadas por decretos?

Não vejo porque é que, em determinados momentos, em certos estágios da economia, não se possa fomentar a produção por via de decretos. Aliás, faz parte das políticas de fomento. Tudo bem que as economias são abertas, liberais, mas também devemos reconhecer que ainda não somos completamente competitivos. Muitos produtos de produção nacional, devido aos elevados custos operacionais, podem ainda revelar-se mais caros do que determinados produtos importados...

Um factor negativo quando se 'está num mercado livre mas também não podemos esquecer que importar vai exigir uma pressão maior sobre as nossas reservas em moedas estrangeiras, que é um outro problema que a nossa economia vive. Então, porque não, mesmo que tenha de se pagar mais, fazer pagamentos em kwanzas a produtores nacionais? Para isso temos de ter instrumentos e políticas económicas que vão permitir promover este fomento, até ao momento em que teremos vários players no mercado, trabalhando de forma competitiva, e aí, por si só, o mercado vai-se regular.

E a aposta na diversificação económica?

Não vamos atingir a diversificação económica de um dia: para o outro por causa de vários factores. O único caminho para a retoma da nossa economia passa necessariamente pela diversificação. O que vai acontecer é o processo ser mais rápido ou mais lento. E isso vai depender do espírito de resiliência,

principalmente do sector empresarial privado e do suporte que este sector tiver do Estado, no que diz respeito à regulamentação de todas as actividades do processo de diversificação. Há marcos já atingidos em certos produtos de produção nacional, mas a diversificação é um processo. As condições macro-económicas, de um modo geral, vão determinar se mais cedo atingiremos ou não a diversificação.

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) é a solução?

Temos um problema e é natural que assim seja, que é a nossa elevada expectativa. O nosso sentido do imediato. De vir acontecer já. Estamos a falar de um processo de diversificação que vai representar uma mudança vertiginosa no processo de arrecadação, na estrutura do Produto Interno Bruto com o aumento gradual das receitas do sector não petrolífero. Isto não se consegue de um dia para o outro. É normal que se espere que aconteça já amanhã, mas não tenhamos ilusões porque vai levar o seu tempo. O PRODESI é um programa vasto que envolve diferentes iniciativas. No caso específico da diversificação, há uma aposta muito grande nos produtos agrícolas. O PRODESI, embora tenha prazo de vida por força constitucional, faz parte do Plano de Desenvolvimento Nacional até 2022, acredito que as suas linhas mestras, para bem dos angolanos, devem continuar.

Este problema de elevadas expectativas está do lado de quem concebe os programas ou dos beneficiários?

Dos beneficiários, e caso específico, as empresas esperam que programas desta natureza tenham um impacto imediato. Mas, se formos analisar com profundidade, as mudanças de culturas, conceitos, normalmente demoram. Até mudarmos a maneira de pensar, fazer diferente e começarmos a sentir os efeitos destas mudanças, leva o seu tempo. E é preciso ter um pouco de paciência e esperar pelos ganhos do Programa. O PRODESI é novo e, mesmo nestas condições adversas, já apresenta resultados positivos.

Estes resultados positivos são os que iriam promover as mudanças no imediato?

Provavelmente não. Mas o balanço recente feito a este programa mostra que estão a ser dados passos.

E qual deve ser o papel da banca neste processo?

A banca faz parte de todo um sistema e, naturalmente, também sofreu com todos os constrangimentos da nossa economia, incluindo os provocados pela pandemia da Covid-19. Porém, o

seu papel não deixa de estar ligado a este crescimento' principalmente na concessão de crédito. Mas também não sejamos ingénuos a ponto de pressionar a banca. A banca é uma questão de confiança. Se continuarmos a ter inflação de dois dígitos, o crédito a conceder, no mínimo, terá de ter o valor da inflação para compensar a perda de valor. Com os números actuais de inflação e com estas taxas de juros o crédito à agricultura é inviável.

Porquê?

Porque não torna o projecto rentável. Um crédito à agricultura com taxa de juros na ordem de 16 ou 20%, onde a produção se calhar só vai poder ser comercializada depois de alguns anos, se não houver um contratempo, como é que neste período se vai começar a pagar o crédito a esta taxa de juros. Isso inviabiliza o projecto. Para colmatar a insuficiência do mercado, com a qual a banca tem dificuldade em lidar, aparecem os tais decretos. Apareceu o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), o Aviso 10 do BNA, para poder haver concessão de crédito em condições óptimas e capazes de ser suportadas pelos empresários.

Olhando para as percentagens, o PAC, que é a base de financiamento do PRODESI, está a financiar menos que o Aviso 10 do BNA, que surge para minimizar os efeitos da pandemia nas empresas ...

Eu prefiro não avaliar o PAC ou o Aviso 10. A diferença aqui é a origem do dinheiro, mas a finalidade é a mesma, que é o incremento da economia nacional. Não podemos esquecer que houve também um esforço grande, em termos processuais, na qualidade dos diferentes projectos que chegam à banca. E acredito que daqui para frente os processos para serem aprovados terão um tempo inferior comparativamente a outros anos. E este ano teremos muito mais projectos aprovados e mais créditos.

Os bancos queixam-se que não deveria ser o BNA a impor limites ao crédito concedido.

Lá está de novo a questão dos decretos. Numa economia aberta, normal, seguindo as boas práticas mundiais, não deveria haver esta intervenção directa. Mas a nossa economia tem pergaminhos muito particulares e temos de colmatar aspectos conjunturais, como a inflação e outros. O BNA intervém porque temos de promover o fomento e isto até só beneficia a banca. Podemos dizer que os mecanismos de supervisão da concessão desses créditos são bem mais apertados.

2.6 Microcrédito cria mais oportunidades

Jornal de Angola

27 De Janeiro de 2021

Texto: Fernando Neto

Jovens empreendedores do município de Mbanza Kongo, na província do Zaire, receberam há dias esclarecimentos sobre o programa de concepção de micro-créditos, denominado FACRA - Fundo Activo de Capital de Risco Angolano, durante um encontro orientado pelo gabinete provincial para o desenvolvimento económico e integrado.

De acordo com o director do gabinete provincial para o desenvolvimento económico e integrado, Sabino da Conceição, o FACRA avaliado em quatro mil milhões de kwanzas, tem como objectivo facilitar a criação e expansão de novos negócios, impulsionar o empreendedorismo, apoiar o desenvolvimento de aptidões de negócios e promover a inovação e a eficiência das pequenas e

Financiamento favorece abertura de pequenas empresas

médias empresas angolanas.

No encontro realizado no anfiteatro da Escola Superior da Universidade 11 de Novembro, serviu para divulgação das linhas de micro crédito do FACRA, de acordo com Decreto presidencial 98/20.

“Chegou o momento de interagirmos com a juventude e a sociedade de Mbanza Kongo, Para que criem condições e se candidatem, só assim vamos tornar coesa as políticas sobre o empreendedorismo.

Por um lado, o Estado concebe as políticas, por outro é preciso que haja juventude com atitude, pragmatismo e responsabilidade para que os programas tenham êxito”, disse.

Para Sabino da Conceição, apesar do FACRA estar a gerir quatro mil milhões para todo o país, o dinamismo dos jovens de cada província na apresentação dos projectos de candidatura vai determinar os beneficiários das linhas de micro-crédito.

Para facilitar o processo de adesão ao micro-crédito, disse que o FACRA licenciou oito instituições para o efeito, representadas na província, além da criação de um conjunto de procedimentos administrativos a nível da província para a recepção das candidaturas e posterior encaminhamento às instituições.

Entretanto, oito operadoras de comércio e distribuição de produtos agrícolas beneficiaram de um financiamento no valor de 780 milhões de kwanzas, através do PRODESI, na província do Zaire, segundo o director do gabinete provincial para o desenvolvimento económico integrado, Sabino da Conceição.

Estas, confirmou, foram financiadas no âmbito do alívio económico que o Executivo leva a cabo para salvar as empresas da falência e facilitar o escoamento dos produtos do campo para os grandes centros de consumo.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 “Mercado informal é o de maior risco em qualidade sanitária”

Jornal De Angola

15 De Janeiro de 2021

Texto: Victorino Joaquim

Ao assinalar-se, hoje, o primeiro aniversário do Laboratório Nacional de Controlo da Qualidade (LANCOQ), o líder daquele serviço público denuncia práticas desonestas de comerciantes que, para minimizar prejuízos, introduzem produtos impróprios para consumo, principalmente, nos mercados situados na periferia das grandes cidades, e anuncia, para este ano, a criação de uma base científica para a elaboração da legislação que vai regular a produção e o fornecimento de bens de consumo

É justa a percepção de que o Laboratório Nacional de Controlo da Qualidade (LANCOQ), que hoje assinala o primeiro aniversário, é pouco visível?

O LANCOQ, enquanto instituto público, funciona há apenas um ano. Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 24/19, de 15 de Janeiro, para garantir a protecção sanitária alimentar do país, visto que a saúde humana depende, de certa maneira, da qualidade dos produtos alimentares consumidos. Na verdade, a actividade laboratorial é exercida no país, há mais de 45 anos, mas, até agora, funcionava como sendo uma unidade técnica de análise agro-alimentar, sob tutela do ex-Ministério da Agricultura.

Quais são os objectivos e principais tarefas atribuídas ao LANCOQ?

Instituto tem a responsabilidade de avaliar e controlar os produtos alimentares e similares circulantes na indústria alimentar, na rede comercial e na rede de restauração, com objectivo de garantir o consumo de alimentos seguros. Faz, ainda, análise das propriedades e particularidades dos produtos nacionais e importados consumidos no país, bem como se dedica às actividades de assistência técnica, exame e ensaios. Paralelamente a esta atribuição, o Laboratório tem a responsabilidade conexas de produzir indicadores científicos que permitam gerir os níveis de riscos alimentar no país.

Quais são os produtos analisados no LANCOQ?

Frutas e seus derivados, hortaliças, legumes e similares, incluindo cogumelos, raízes, tubérculos e similares, produtos vegetais, grãos secos, cereais, carnes, ovos e seus derivados, produtos de pesca, leite de bovinos e derivados como queijo, manteiga, creme de leite e similares, açúcares e adoçantes, farinhas, massas alimentícias, água potável, vinhos, cervejas, mel e derivados: fazem parte de muitos outros produtos.

Num ano de funcionamento, já se pode falar em resultados obtidos?

Nos últimos dois anos, o LANCOQ registou a entrada de mais de três mil amostras de produtos alimentares diversos, entre nacionais e importados, tendo, no mesmo período, realizado mais de 31 análises. Importa salientar que, numa só amostra, podem ser realizadas várias análises, dependendo da tabela de critérios microbiológicos existentes. Os resultados são emitidos num período que vai entre três a cinco dias.

O que acontece com os produtos que apresentam anomalia imprópria para consumo humano depois de analisados?

Estes produtos são incinerados. Mas, a nível mundial, esta prática já não é usada devido aos prejuízos daí resultantes, principalmente para o agente económico, ao perder o dinheiro aplicado e a própria mercadoria. A fim de evitar prejuízos, é recomendado que os produtos com anomalia imprópria para consumo sejam submetidos a um processo de reciclagem, quando possível. Muitas vezes, o produto impróprio para consumo humano pode ser útil para os animais, pode ser transformado em adubo e, até, podem ser usados para produção de combustível e de energia.

O risco dos lacticínios

Quais são os produtos, empresas e regiões de maior risco alimentar que circulam no nosso mercado?

Os produtos lácteos e os de origem animal têm sido os de maior risco alimentar. No que diz respeito às empresas, não é conveniente apontar as que apresentam risco, por uma questão de salvaguarda do bom nome. Ao nível de região, em Angola, as zonas da periferia são as que oferecem maior risco alimentar. Por exemplo, um mesmo produto comercializado em lojas da mesma rede, diferentemente implantadas na zona urbana e na periferia, utiliza esta última para despachar os produtos impróprios para consumo humano com maior frequência.

As zonas da periferia de Luanda são de maior risco quanto à comercialização dos produtos impróprios: porquê?

Há uma grande probabilidade de ser algo premeditado, uma vez que, até são produtos da mesma rede comercial, mas somente nas lojas da periferias estão com maior frequência produtos impróprios: é pouco credível que esta situação seja mera coincidência. Por outro lado, observa-se que os produtos impróprios tem sido frequentemente vendidos nos mercados informais, quando estes mesmos produtos foram adquiridos no mercado formal. Por exemplo, o presunto que está a ser vendido no supermercado da zona urbana é o mesmo que é vendido no mercado dos Congolezes, mas, em termos de qualidade, o de melhor estado é o que está ser vendido na loja urbana.

Como se pode explicar isso?

Acontece que há uma tendência, da parte de alguns comerciantes, de recorrer a práticas desonestas. Não é uma prática adoptada por todos, mas alguns agentes económicos procuram desfazer-se de determinado produto quando a data da validade está próxima do prazo de expiração. Para isso, são criadas facilidades de acesso à compra destes produtos, nomeadamente, a venda a crédito e preços abaixo do mercado.

Como evitar esta situação?

As pessoas devem estar muito atentas ao comprar, no mercado informal, produtos a preços muito acessíveis, muito abaixo do preço de mercado, principalmente de produtos alimentares de origem industrial ou de importação. O mercado informal é de maior risco em matéria de qualidade sanitária e fitossanitária

As amostras alimentares analisadas chegam ao LANCOQ por iniciativa dos agentes económicos ou do instituto?

No que diz respeito aos produtos importados e exportados, a iniciativa parte dos agentes económicos. Estes têm sido os mais preocupados em avaliar a conformidade sanitária dos produtos. Normalmente, têm submetido os produtos a análise laboratorial, uma vez que a entrada de produtos no mercado nacional, bem como para efeitos desalfandegamento, fica condicionada à apresentação de um certificado da qualidade. Não existe, no país, legislação que obriga os produtores a aplicarem os critérios inerentes à a qualidade dos produtos. Igualmente, o LANCOQ não tem informação científica que possa garantir que os produtos

produzidos no país e que circulam no mercado nacional têm qualidade sanitária e fitossanitária.

Não havendo uma legislação que obriga os produtores a implementarem medidas de controle da qualidade, pode-se concluir que cada um produz à sua maneira e de qualquer forma?

Sim, de facto, é uma realidade. Neste momento não se sabe, em termos de qualidade, se os alimentos que a sociedade angolana tem vindo a consumir são ou não seguros. Os produtores não disponibilizam informações científicas e de controlo da qualidade que permita o LANCOQ afirmar com segurança qual é a qualidade dos produtos produzidos por estes produtores.

3.2 Crianças recolhem garrafas de plástico para sobrevivência

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2021

Texto: Armando Sapalo

Crianças e adolescentes, sem meios de protecção individual à Covid-19, dedicam-se diariamente à recolha de garrafas plásticas em contentores de lixo, na centralidade do Mussungue, Lunda-Norte, para vender às mulheres que se dedicam à comercialização de óleo de cozinha.

Os adolescentes afirmam que os progenitores perderam o emprego por causa da pandemia da Covid-19 e a recolha de garrafas de plástico é uma forma de ajudar as famílias nas despesas de casa. A situação é real, mas os nomes colocados nesta matéria são fictícios, com a finalidade de se preservar a imagem dos miúdos face à protecção especial a que têm direito, em conformidade com a Constituição da República.

A Centralidade do Mussungue é considerada pelas autoridades o epicentro da pandemia da Covid-19. Da-dos oficiais indicam que 90 por cento dos infectados são assintomáticos.

José Nelson, 12 anos, vive no bairro do Aeroporto, periferia da cidade. Revelou à nossa reportagem que até Maio do ano passado, a mãe trabalhava como empregada doméstica numa residência da centralidade do Mussungue, mas por causa das restrições no quadro das medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19, os patrões mandaram-lhe, temporariamente, ficar em casa até que a situação epidemiológica do país melhore.

Segundo o garoto, a mãe, viúva, aguarda esperançosamente pelo retorno ao trabalho.

"Duas garrafas plásticas de um litro vendemos a 100 kwanzas, o mesmo preço que quatro garrafas pequenas. Um bidão de cinco litros também vendemos a 100 kwanzas", explicou.

Mas na centralidade do Mussungue, os garotos não se limitam à recolha de garrafas para a venda. Também solicitam aos moradores ajuda em alimentos. Além de recolher garrafas e bidões, batemos portas para pedir óleo, açúcar, arroz, frescos e roupa usada", contou José Nelson. Explicou que a irmã, de 16 anos, teve que interromper as aulas em consequência de duas gravidezes precoces que resultaram em igual número de filhos.

A irmã de José Nelson fica em casa a cuidar dos dois filhos e a ajudar a mãe na venda de carvão vegetal.

O rapaz garante que está matriculado na escola 4 de Julho, no bairro do Aeroporto, mas não se lembra da classe em que estuda. Questionado se já ouviu falar da Covid-19, José Nelson respondeu afirmativamente, sublinhando que as pessoas devem proteger-se usando máscara facial e lavando constantemente as mãos.

Referiu, no entanto, que a mãe não tem possibilidade de adquirir máscara facial por falta de dinheiro, uma vez que os poucos recursos que a família consegue têm servido para a compra de bens alimentares e vestuário. Fernando Mateus, 11 anos, reconheceu que não deve sair de casa sem observar as medidas de biossegurança, sobretudo o uso da máscara facial.

"Na Televisão e na Rádio dizem sempre que não devemos sair de casa sem máscara".

Fernando Mateus vive no bairro Kamaquenzo-2 com o pai e a mãe. Além da recolha de garrafas na centralidade, dedica-se também à venda ambulante de detergentes e sacos de plásticos.

"Quando termino o trabalho de recolha de garrafas, a minha mãe manda-me para a zona comercial vender sacos pretos de plástico, detergente e sabão", referiu. Fernando Mateus disse que nunca esteve matriculado numa escola, situação que espera ser resolvida pelo pai no próximo ano. "Eu não estudo. O meu pai é pedreiro, mas neste momento está sem trabalho. Ele disse-me que não tem dinheiro para matricular-me, por isso estou a trabalhar para ajudar em casa", referiu. Fernando Mateus é o penúltimo filho de um casal com seis irmãos, cuja família conforme contou está a enfrentar muitas dificuldades.

Exploração do trabalho infantil

A chefe do Serviço Provincial do Instituto Nacional da Criança na Lunda-Norte, Madalena Alentejo, disse que o trabalho infantil continua sendo um problema generalizado, apesar do maior compromisso do governo.

Referiu que as autoridades locais esperavam que, com a aplicação das medidas de restrição, a exploração infantil diminuísse. "Esperávamos que com a pandemia a exploração do trabalho infantil reduzisse, mas está a acontecer o contrário. O número aumenta a cada dia", lamentou.

Madalena Alentejo frisou que a recolha de lixo e venda ambulante deixam as crianças demasiado expostas ao vírus SARS-CoV-2, pelo que solicitou as famílias a preocuparem-se mais com os pequenos.

A responsável do INAC na província sublinhou, por outro lado, que muitas crianças vão parar à rua por acusações de práticas de feitiçaria, fuga à pensão alimentar devido a separação dos progenitores e pobreza.

Madalena Alentejo declarou que no Instituto Nacional da Criança chegam queixas contra marginais que, aproveitando-se da fragilidade das crianças, usam-nas em acções delituosas, sobretudo assaltos em residências e estabelecimentos comerciais

3.3 Bancadas atenuam sofrimento

Jornal de Angola

24 De Janeiro de 2021

Texto: Arão Martins

De segunda a sábado Catarina João, 30 anos, apanha o táxi em direcção ao mercado do Mutundo para comprar abacate que vende nas ruas do Lubango.

Com a sua voz de soprano Catarina João facilmente atrai a clientela. Mãe de cinco filhos, ela considera que ser zungueira "é uma tarefa difícil", mas apesar disso nunca desistiu. Tudo, segundo ela, porque tem de alimentar a si e aos seus. "É desta actividade que tiro dinheiro para sustentar os meus filhos. Meu marido foi militar e perdeu o braço direito na guerra. Tenho que ajudá-lo", explicou à reportagem do Jornal de Angola.

Mesmo em período de gestação, a rotina de Catarina João é a mesma. A acção dos fiscais é o pior incómodo.

Rosalina Ngueve, 38 anos, é zungueira há 20 anos. Natural do município da Caála, província do Huambo, reside no bairro Nambambe, arredores do Lubango. Ela vende banana e tomate oriundos da comuna do Bentiaba, província do Namibe. Vende também melancia, pêsego, pêra, tangerina, banana pão e manga. Todos os dias percorre os bairros João de Almeida, Laje, Santo António, Bula Matadi, Joaquim Kapango e Santo António, uma actividade que requer sacrifício e determinação.

Feliciano Chimbinha, 40 anos, diz que começou a vender frutas no antigo mercado do bairro Santo António, hoje desactivado. "O mercado estava localizado na zona onde foi construído o hospital da Machiqueira. Depois da mudança optei por vender na zunga. É uma actividade que me deu família", disse.

Através da zunga, revelou, sustentou os estudos dos seus filhos, que hoje são maiores de idade e exercem cargos em diversas áreas. "Para levar uma bacia na cabeça é preciso ter força e determinação. É preciso superar a vergonha e os maus tratos de alguns clientes", contou.

Caty Antunes, 28 anos, outra vendedora, confessou que várias vezes caiu com a bacia na cabeça. "As quedas foram ao tropeçar quando fugia dos fiscais da Administração Municipal. Graças a Deus, nunca aconteceu o pior", afirmou, acrescentando que é na zunga "onde obtemos algo para nos alimentar e comprar material escolar dos filhos. A rotina é diária".

Feliciano Chimbinha explicou que "nenhum ser humano é capaz de percorrer longa distância com peso na cabeça" e que é no momento do descanso que as zungueiras aproveitam para vender em qualquer lugar. "É nessa ocasião que tem havido desentendimento com os fiscais", disse.

Oferta de bancas

Mais de duzentas zungueiras beneficiaram de bancadas feitas de madeira para vender fruta em diversos bairros da cidade do Lubango. O administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, disse que o projecto está a ser implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que disponibilizou 8 milhões de kwanzas.

Armando Vieira informou que a acção denominada "Minha bancada, meu negócio" visa atenuar o sofrimento das zungueiras, que, para obter dinheiro para o sustento, são obrigadas a circular longas distâncias pela cidade. "A mulher zungueira quando circula pelas ruas da cidade nem sempre consegue

vender. Com a entrega das bancadas a venda é feita em locais fixos, o que facilita a sua localização", disse. As bancadas que estão a ser entregues servem para vender, exclusivamente, frutas.

Segundo o administrador foram fixados postos de venda de fruta nos bairros Laje, junto a igreja Católica, Mitcha, Nambambe e na margem do rio Mukufi. O objectivo, explicou, é construir 400 estruturas do mesmo tipo. Armando Vieira deu a conhecer que a Administração Municipal, que controla, actualmente, mais de 300 zungueiras, numa primeira fase produziu 100 bancadas para beneficiar 200 mulheres. Cada bancada serve para duas vendedoras.

Armando Vieira lembrou que no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) recentemente foi construída uma nave junto ao mercado municipal, que está a albergar um número considerável de antigas zungueiras. "O ganho permitiu enquadrar mulheres que vendiam peixe e frutas nas ruas da cidade", disse. "Queremos também inserir as mulheres na Segurança Social", adiantou, salientando que a Administração Municipal está a incentivar e a ajudar as mulheres a obterem o Bilhete de Identidade e a abrirem conta bancária.

Maria João, uma das beneficiárias, explicou ao Jornal de Angola que a iniciativa é louvável, pois reduz o sofrimento da mulher zungueira. "Circulando pelas ruas nem sempre tínhamos sucesso. Com a entrega das bancadas e fixação dos pontos de venda, a população, seja lá onde for, tem onde se dirigir", afirmou, sublinhando que a criação dos pontos de venda facilita não só a actividade das vendedoras, mas também da pessoa que procura frutas.

3.4 Artigos reciclados expostos dois dias em feira no Benfica

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2021

Artigos reciclados, bem como técnicas de tratamento de resíduos sólidos, produzidos em Luanda, estão expostos numa feira aberta sexta-feira e que encerrou hoje, no Distrito Urbano do Benfica, em alusão à Semana Nacional do Ambiente.

Sob o lema: "Proteger a biodiversidade para um desenvolvimento sustentável e harmonioso", o evento, promovido pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, albergou, durante dois dias, além da área de exposição de produtos, projectos de valorização de resíduos de instituições académicas,

jogos, concursos de recolha selectiva para crianças e uma praça de restauração.

O secretário de Estado para o Turismo, Hélder Marcelino, disse que a actividade foi concebida no sentido de reforçar as campanhas de sensibilização e consciencialização da população sobre os impactos negativos do descarte inadequado dos resíduos, cujos efeitos se fazem sentir no ambiente e na saúde humana.

"Esta primeira edição da 'Expo Recicla' assume-se como um espaço privilegiado sobre a transmissão de conhecimento presente e futuro, sobre as vantagens da valorização dos resíduos sólidos urbanos no fomento do empreendedorismo verde e da economia circular, com reflexos positivos sobre o desenvolvimento sustentável", realçou o governante.

A presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Resíduos, Nelma Caetano, informou que a feira alberga 40 expositores divididos em três áreas, sendo a participação gratuita, na qual os intervenientes foram, à partida, incentivados a apresentar somente lixo reciclado em papel, metal e plástico.

Soleima Gongga, uma das expositoras, levou para o evento material à base de palitos e papelão, que servem para fazer de tudo um pouco nomeadamente, vasos, cestos de pão, enfeites de mesa, de cozinha, fruteira, porta-batom e porta-guardanapos. "Sempre que exponho os meus produtos, os clientes adquirem, maioritariamente, os enfeites de mesa e cestos de pão, o que me incentiva a produzir mais artigos do género", realçou na ocasião a expositora.

3.5 Encerramento de fronteiras retira "kinguilas" das artérias de Luanda

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2021

Desde que o Governo angolano suspendeu as ligações aéreas com a África do Sul, Austrália, Nigéria e Reino Unido, no dia 26 do mês passado, para prevenir o país da nova variante da Covid-19, a queda da procura pelas divisas, em Luanda, tem afastado diversas pessoas do negócio de "kinguila".

Este mercado informal, que há décadas serve de sustento para inúmeras famílias angolanas, viu desvalorizar o seu principal produto de transação, pois os fornecedores e compradores estão impedidos de viajar para o exterior do país. Entretanto, a actividade não obedece ao plasmado no artigo

7.º (Intermediação obrigatória), da Lei nº 5/97, de 27 de Junho, Lei Cambial, segundo a qual "as operações cambiais só podem ser realizadas por intermédio de uma instituição financeira autorizada a exercer o comércio de câmbios".

O bairro Mártires do Kifangondo, nas imediações do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, é dos principais palcos para troca de divisas em Luanda. Esta antiga "casa de câmbio" acolhe, maioritariamente, cidadãos estrangeiros que se dissimulam no comércio de bens diversos para realizar a compra e venda de divisas.

Em locais arrumados de forma estratégica e clandestina, muitas vezes em infra-estruturas ocupadas com cantinas, pequenos restaurantes e botequins, são feitas as trocas monetárias quase que aos olhos das autoridades, que no ano passado realizaram uma operação para apreender valores e prender pessoas envolvidas nesta prática. Actualmente, a compra da nota de 100 dólares naquele mercado está avaliada em 75 mil Kwanzas, menos mil do que o preço da venda. À sua semelhança está o da Mutamba, um pouco mais lucrativo que o Sambizanga, mais concretamente no São Paulo, onde a venda está a ser praticada em 74 mil Kwanzas e 73 mil a compra.

Menos "kinguilas" nas ruas Esta situação, de acordo com alguns praticantes ouvidos por este Jornal, difere do cenário vivido até Dezembro de 2020, altura em que Angola encerrou as fronteiras aéreas, marítimas e terrestres com alguns países, como estratégia para se prevenir da mais recente vaga do coronavírus SARS-CoV-2, que está a afectar fortemente o continente Europeu, tendo sido já registado em alguns países do continente berço, como a África do Sul.

Com isso, explicam os interlocutores, preferindo o anonimato, diminuiu a procura pelas divisas, tal como alguns fornecedores viram diminuídas as possibilidades para consegui-las. Desta forma, continuam, a moeda estrangeira ficou mais desvalorizada em relação aos meses passados, quando as trocas eram constantes.

"Até Dezembro do ano passado, podíamos trocar, em média, cerca de mil dólares por semana. O negócio ainda era rentável", lembrou uma kinguila em exercício na Baixa de Luanda, que, até ao momento da nossa intervenção, dizia não ter recebido nenhum cliente.

Estão, por isso, muitos estão a abandonar o negócio, devido à brusca diminuição da sua rentabilidade. Este cenário é visível tanto na extensão da propalada rua 15 do Mártires do Kifangondo, ainda com um registo

considerável de “reincidentes”, como na Mutamba, São Paulo, Cazenga e Talatona.

A escolha por outras opções de negócio, segundo apurámos, vai deixando “às moscas” algumas artérias da metrópole que registavam muitos operadores no mercado informal da troca de divisas, os conhecidos doleiros ou kinguilas.

“Não há compradores nem vendedores. As pessoas não estão a viajar e este facto leva a diminuição da procura pelo dólar. Ficamos vários dias sem fazer qualquer troca, por isso muitas pessoas estão a desistir deste negócio. Não está mesmo fácil”, deplorou uma fonte.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios com dificuldades de prestação de contas

Jornal de Angola
08 De Janeiro de 2021
Texto: Gabriel Benga

Os municípios estão com dificuldades de apresentar as contas das ações e dos valores que recebem, mensalmente, no quadro da implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, afirmou, ontem, ao Jornal de Angola, o director nacional da Unidade Técnica do referido programa.

Segundo Miguel Pereira, o Executivo, através do Ministério das Finanças, coloca, mensalmente, à disposição de cada município 25 milhões de kwanzas para a implementação de ações para o desenvolvimento local e combate à pobreza. Feitas as contas, anualmente, cada município recebe 300 milhões de kwanzas.

Aquele responsável do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) lembrou que os municípios são obrigados a prestar contas dos valores que recebem e das ações que executam, o que não tem sido feito com a regularidade exigida. A maior dificuldade que os municípios apresentam, disse, prende-se com a falta de técnicos qualificados nas administrações municipais para garantir a implementação do programa. "Há municípios que não têm sequer técnico algum. Outros não têm um técnico agrário, mas queremos exigir que se faça agricultura", lamentou. Outra dificuldade, acrescentou, prende-se com a falta de meios como catanas, enxadas e outros instrumentos básicos.

Miguel Pereira lembrou que as linhas orientadoras das ações a serem realizadas nos municípios estão previstas no Decreto Presidencial 140/18, de 6 de Junho, que aprova o programa, e do Decreto

Presidencial 138/13, de 24 de Setembro, que regulamenta a merenda escolar. O Decreto Presidencial 140/18 estabelece que os municípios devem desenvolver projectos nos sectores da agricultura, pescas, capacitação e educação das mulheres e nos domínios ligados às parteiras tradicionais e à cidadania, através de atribuição de cédulas e Bilhetes de Identidade, assentos de nascimento, atestados de residência, entre outras ações.

O programa procura, também, assegurar aspectos ligados à água e saneamento, que incluem a feitura de vários sistemas de abastecimento da água, disse. Outro projecto, acrescentou, tem a ver com os cuidados primários de saúde, que tem sido importante a nível das comunidades. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza prevê, ainda, ações ligadas à recuperação de vias e construção de pontes, pontecos, escolas e hospitais e apoio aos ex-militares. Miguel Pereira disse que no início do programa estavam registados 8.537 ex-militares, mas com o processo de recadastramento o número reduziu para 6.000, por razões de falecimento e movimentação para outras localidades.

Apesar desta mudança, os ex-militares continuaram a ser apoiados. "Foi um trabalho aturado, com uma interacção forte das administrações municipais e pensamos que, neste mês de Janeiro, vamos terminar este trabalho de recadastramento", garantiu. Miguel Pereira considerou prematuro fazer o balanço do programa porque só tem três anos de implementação, numa altura em que os municípios ainda estão a adaptar-se à implementação do mesmo. Admitiu que o ano de 2021 vai ser decisivo no acompanhamento e prestação de contas. Aquele responsável não revelou os municípios que estão melhor posicionados na implementação do programa, mas garantiu que se nota algum esforço com base nalguns sinais que estão a receber.

Um desafio de todos

Miguel Pereira sublinhou que o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento local são um desafio de todos, incluindo as igrejas, ONG e o sector privado. Qualquer análise que se queira fazer sobre o assunto, disse, deve contemplar aquelas instituições. Miguel Pereira defendeu melhor interacção entre as administrações municipais e a sociedade civil na implementação do Programa de Combate à Pobreza. Reconheceu que, no ano passado, houve um aumento da pobreza nas comunidades, tendo a pandemia da Covid-19 sido um dos impulsionadores deste incremento.

Informou que membros da Unidade Técnica do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza têm realizado visitas às províncias. De Maio a Junho do ano passado foram visitadas 12 províncias e para este mês os técnicos devem deslocar-se ao Moxico e Cuando Cubango. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza é coordenado pela ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e é integrado por vários ministérios, com realce para o das Finanças e da Administração do Território.

5.2 Só um em cada 20 projetos elegíveis do PIIM foram concluídos até 2020

Jornal Expansão

8 De Janeiro de 2021

Texto: Faustino Diogo

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) fechou o ano de 2020 com 75 projectos concluídos. Um ano e meio depois do seu lançamento o plano que apontava ao desenvolvimento dos municípios para preparar o início das autarquias concluiu apenas 5% de um total de 1.483 projectos elegíveis aprovados pelas autoridades.

De acordo com o Relatório de Execução Global do PIIM, com data de 28 de Dezembro, até ao final do ano passado foram submetidos 2.054 projectos e, destes, 1.483 receberam luz verde, estando em execução 1.412 que já têm as quotas atribuídas e pagas.

Entre as causas para o baixo nível de execução está o rigor implementado na aprovação dos projectos, segundo fonte do Expansão.

"Estes projectos só têm o aval do Ministério das Finanças depois de bem verificados e, muitos deles, chegam com muitas debilidades. Sabe que isto das administrações locais submeterem projectos é uma coisa nova e ainda temos muitas dificuldades", disse a fonte.

Dos projectos em execução, 1.213 fazem parte do Programa de Investimento Público (PIP) e os restantes 199 estão a ser realizados à luz do Programa de Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD).

A Província da Huíla foi a região do País que teve mais projectos elegíveis no ano passado, já que recebeu luz verde em 128 projectos, seguida da província do Huambo com 126. Luanda fecha o top três das províncias com mais projectos do PIIM até

Dezembro de 2020, com 115. Já a província do Zaire foi a única que não teve projectos na lista dos elegíveis no ano passado.

O plano apresentado em Junho de 2019 pelo Presidente da República está a ser financiado pelo Fundo Soberano, que vai perder 2 mil milhões USD para suportar o "trunfo" de João Lourenço para desenvolver os 164 municípios do País. Deste valor, já foram desembolsados pelo menos mil milhões USD, de acordo com um comunicado divulgado em Julho do ano passado pelo Fundo Soberano, que até 2018 foi liderado por Filomeno dos Santos, filho do ex-presidente da república.

Entre os projectos em execução e concluídos em 2020, foram liquidados 123 mil milhões Kz, mas se olharmos para a execução acumulada, ou seja, desde que foi lançado o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, em 2019, o valor liquidado sobe para 132,5 mil milhões Kz.

O PIIM contempla também projectos sob responsabilidade do Governo central por via dos ministérios, e aqui 5 ministérios em Dezembro do ano passado tinham 18 projectos em execução, com o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território a liderar a lista com 14 obras.

Alguns destes projectos do Governo central inicialmente estavam para ser financiados pela linha de crédito da China, o que não veio a acontecer, devido ao maior rigor na aplicação dos empréstimos vindos do Oriente, que passou a controlar mais a forma como os dinheiros vindos do seu País são aplicados, advertem analistas.

Para salvaguardar a sua continuidade, o Executivo decidiu encaixá-los no PIIM, por não ver qualquer irregularidade, porque no seu entender projectos do Programa de Investimento Público podem ser financiados por diferentes fontes e podem existir casos de projectos que têm mais de um contrato comercial e de financiamento.

Esta aposta do Executivo para desenvolvimento dos municípios, já que alguns tardam em sair de níveis de pobreza consideráveis, pretende resolver preocupações locais. Preocupações que, de acordo com o arquitecto Miguel Silva, passam essencialmente pela melhoria da qualidade de vida das comunidades e o desenvolvimento local.

"É importante que as pessoas que vivem no interior do País melhorem as suas vidas, passem a ter boas infra-estruturas, como escolas, postos médicos e outras, para que estas zonas entrem mais na vida do País", disse.

O também professor universitário vê no PIIM um instrumento que, se bem aplicado, pode reduzir as assimetrias entre as localidades. "Não é segredo para ninguém que o nível de desenvolvimento entre os municípios é desequilibrado. Se este programa for cumprindo conforme o previsto muitos municípios vão ter condições melhores. Mas é preciso que as obras feitas sejam de facto as necessárias", concluiu.

Já o economista Nelson Santos entende que certos municípios devem contribuir mais para crescimento do País, e esta contribuição depende muito das condições que têm.

"O PIIM é essencialmente construção de infra-estruturas, e é isso que muito tem faltado no interior do País. Se queremos maior participação dos municípios temos que dar condições e este programa é um começo", considerou.

5.3 Propostas de leis atribuem competência ao Constitucional

Jornal de Angola'

14 De Janeiro de 2021

Propostas de leis que revogam a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e do Processo Constitucional vão, quinta-feira, à discussão e votação, na generalidade, no Parlamento.

O Tribunal Constitucional vai poder acumular competências para apreciar o contencioso autárquico. A possibilidade consta nas propostas de leis que revogam a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e do Processo Constitucional. Os dois diplomas vão à discussão e votação, na generalidade, na sessão plenária de hoje, na Assembleia Nacional.

A Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, confere competências para o tribunal apreciar o contencioso autárquico, enquanto a Lei do Processo Constitucional clarifica as matérias sobre o recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

De acordo com o relatório parecer conjunto das comissões especializadas, a Proposta que revoga a Lei do Processo Constitucional tem como principal propósito a necessidade de se atenuarem as áreas de críspação na relação de diálogo entre os Tribunais Constitucional e Supremo, com destaque para as questões ligadas ao recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

De iniciativa legislativa do Presidente da República, a proposta visa, também, clarificar os efeitos do recurso e os efeitos da decisão desde recurso. Com este propósito, refere o parecer, pretende-se

introduzir novas normas reguladoras do recurso de inconstitucionalidade e clarificar que esse tipo de recurso deve incidir apenas sobre questões de natureza jurídico -constitucional e que o Tribunal deve ter em conta a intensidade da lesão do direito, liberdade e garantia fundamental e a relevância jurídico-constitucional da questão recorrida.

No que concerne aos efeitos do recurso, fixou-se que os expedientes extraordinários de inconstitucionalidade têm efeito suspensivo e que em matéria penal produzam o efeito suspensivo do processo e da decisão.

Lei Orgânica do TC

A Proposta de Lei que revoga a Lei Orgânica da Organização e Funcionamento do Tribunal Constitucional visa, essencialmente, delimitar o mandato do presidente e dos juizes conselheiros. O limite da idade dos magistrados daquele órgão jurisdicional é de 70 anos. A proposta de lei diploma mantém os sete anos de mandato não renovável dos 11 juizes do Tribunal Constitucional (TC).

A Proposta de Lei reflecte a experiência adquirida ao longo dos 12 anos de existência desta instância judicial e tem como objectivo melhorar a sua organização, funcionamento e desempenho. No diploma, reafirma-se o papel do TC, enquanto tribunal de defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais e os princípios constitucionais respeitantes a esses direitos, no quadro da defesa da dignidade da pessoa humana e na necessidade de se determinar, de forma clara, quais os limites de acção deste tribunal, para que não surja como mais uma instância de justiça.

Além de conformar-se à Constituição de Angola, aprovada em 2010, a proposta de Lei reorganiza o âmbito das competências do TC, com destaque para as competências de apreciação da regularidade e validade das eleições autárquicas e a legalidade da formação das coligações e grupos de cidadãos eleitores concorrentes às eleições autárquicas. Refere-se, igualmente, à declaração da extinção das coligações e de julgar os recursos relativos à perda, substituição, suspensão e renúncia do mandato nas assembleias das autarquias, entre outras.

Lei das custas judiciais e alçadas dos tribunais

Ainda hoje, vai à votação a Proposta de Lei que altera a Lei das Custas Judiciais e Alçadas dos Tribunais (Lei nº 9/5, de 17 de Agosto). A proposta visa actualizar o regime jurídico das custas judiciais à actual realidade económico-financeira do país. O actual regime encontra-se, em alguns aspectos,

"flagrantemente desadequado", no ordenamento jurídico angolano, tendo em conta a realidade contemporânea. Noutros planos, revela focos de omissão legislativa.

Razões legais, funcionais e operacionais impõem a necessidade de uma reforma transversal do regime das custas judiciais e alçadas dos tribunais no ordenamento jurídico angolano, face à nova divisão hierárquica do poder jurisdicional e territorial, com implicação nas regras de organização dos tribunais em matéria de alçadas.

5.4 Cerca de 23 mil empregos criados no âmbito do PIIM

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2021

Texto: Arcângela Rodrigues

Desde o início da execução do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), há nove meses, foram criados, a nível nacional, cerca de 23 mil empregos, informou, ontem, em Luanda, a coordenadora do grupo técnico do PIIM.

Laurinda Cardoso, que falava à imprensa, no final da primeira sessão ordinária da Comissão Interministerial do PIIM, que serviu para analisar o relatório de balanço referente ao ano passado, disse que em todos os projectos em execução foi incluída a questão da empregabilidade. A também secretária de Estado para a Administração do Território fez uma estimativa do aumento dos postos de trabalho, a nível local, com a implementação de mais projectos do PIIM.

De um total de 1.749 projectos que integram o PIIM, 1.483 estão em execução e 1.412 têm as quotas pagas, o que corresponde a 83 por cento de cumprimento, informou. Desde o início da execução do PIIM, há nove meses, foram já concluídos 75 projectos, a maioria nos sectores da Saúde e Educação e vias de comunicação, nas províncias da Huíla, Luanda, Cuanza-Norte, Bié, Benguela e Cabinda.

Laurinda Cardoso explicou que o relatório foi apreciado por áreas de intervenções e tipificação dos projectos a nível nacional, entre os quais agricultura, ambiente, educação, saúde, vias de comunicação, energia, água, segurança e ordem pública. "Estas são as principais áreas de intervenção dos vários projectos ou contratos da carteira do PIIM", disse, esclarecendo que a maioria deles (85 por cento) são de iniciativa das administrações municipais e outros de governos provinciais e órgãos centrais.

"Todos os relatórios foram avaliados detalhadamente, desde o grau de execução física e financeira, identificação dos pontos fracos e fortes, durante a execução do programa e a planificação de um plano para o presente ano", garantiu. Entre os constrangimentos, apontou o surgimento da pandemia da Covid-19, no princípio do ano passado.

A coordenadora do PIIM revelou que alguns projectos sofreram reajustes, nomeadamente nas províncias do Cuando Cubango e Cabinda. A directora nacional de Investimento Público do Ministério das Finanças, Jucieny Cristiano, informou que a execução acumulada do PIIM é de 133 mil milhões de Kwanzas, o equivalente a mais de 200 milhões de dólares.

Por investir estão a faltar 1,8 mil milhões de dólares, o que corresponde a 1,174 biliões de kwanzas, revelou Jucieny Cristiano. A reunião de ontem foi orientada pelo coordenador da Comissão Interministerial do PIIM, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

5.5 A intervenção nos municípios

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2021

Texto: Kindala Manuel

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), uma iniciativa do Executivo, visa, entre vários objectivos, proporcionar o desenvolvimento das comunidades, com obras que impactem na vida das famílias, das empresas e pessoas singulares.

Uma das questões fundamentais, que seria eventualmente colocada à medida que se implementa(va) este importante programa, era, sem sombra de dúvidas, a componente da empregabilidade. Além da existência de milhares de projectos em nome do PIM um pouco por todo o país, grande parte destes em fase adiantada de execução, é fundamental que os mecanismos de acompanhamento, controlo e correcção, bem como da eventual responsabilização, sejam devidamente accionados. Não basta fazer obras em nome do PIIM em virtude de valores disponibilizados, não raras vezes apenas e unicamente para justificar a saída de verbas, mas efectivamente executar obras cujo processo completo, desde a concessão, adjudicação e materialização, sirva nos propósitos da intervenção nos municípios.

Ainda vamos a tempo de, no processo de implementação do PIIM, engajarmos as comunidades no sentido das mesmas "terem também uma palavra a

dizer” porque, afinal de contas, são as destinatárias finais das obras que se fazem nos municípios. É bom intervir num determinado município, com obras para proporcionar bem-estar e comodidade às comunidades, mas é sempre melhor e recomendável que as populações sejam engajadas para que, preferencialmente, sejam elas a direccionar ou sugerir as eventuais prioridades. Na verdade, a probabilidade de sucesso, utilidade, satisfação e, em última análise, de preservação das estruturas erguidas nos municípios é maior e proporcional ao interesse e necessidade das comunidades.

Embora as autoridades provinciais e municipais, fruto da sua agenda, sejam livres da materialização dos programas que julgam convenientes e oportunos para as suas comunidades, nada melhor do que executar projectos pelos quais anseiam, com sentido de urgência, as comunidades. Em todo o caso e como já frisado, uma das realidades vitais que envolve a materialização do PIIM tem a ver com a agenda da empregabilidade, que afecta positivamente milhares de jovens um pouco por todo o país.

Ouvir que, no âmbito do PIIM, foram já criados cerca de 23 mil empregos constitui um desenvolvimento relevante na medida em que se trata de um passo na direcção da resolução de um dos principais problemas da juventude, o desemprego. O maior segmento da população angolana, actualmente uma das mais bem preparadas gerações em termos de escolaridade, deve estar inserido, como não podia ser diferente, em todos os projectos ligados à criação de novos postos de trabalho.

É expectativa de milhares de famílias que, com as iniciativas do PIIM, sejam acauteladas, a nível nacional, a participação dos jovens em empregos directos e indirectos nas áreas como a agricultura, ambiente, educação, saúde, vias de comunicação, energia, água, segurança e ordem pública, apenas para mencionar estas. Esperemos que as fases de execução, os processos de monitoria, correcção e prazos dos projectos estejam em consonância com todos os propósitos que estiveram na base da criação do PIIM.

5.6 UNITA quer eleições autárquicas este ano

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2021

Texto: Bernardino Manje

A necessidade de institucionalização das autarquias, críticas ao programa de combate à corrupção, realizado pelo Executivo, e a reforma da

administração eleitoral são as principais notas do discurso do presidente da UNITA, que marcou, ontem, a abertura do ano político do partido.

Num acto que coincidiu com o 46º aniversário dos Acordos de Alvor, Adalberto Costa Júnior acusou o Executivo de, no ano passado, ter-se escondido atrás da pandemia da Covid-19 para a não realização das eleições autárquicas. Nas entrelinhas, defendeu que, este ano, a pandemia não pode ser razão para o adiamento daquelas eleições.

Justificou o posicionamento com o facto de, no ano passado, muitos países, a maioria dos quais com mais infectados do que Angola, terem realizado eleições. "Em 2021, temos as eleições no Uganda, na Etiópia e duas em Cabo Verde, que terá, dia 18 de Abril, as eleições legislativas, e, a 17 de Outubro, as presidenciais. E Angola?", questionou.

Adalberto Costa Júnior parece ter dado a resposta à sua pergunta quando, mais adiante, afirmou: "os patriotas de Angola vão unir-se e trabalhar juntos para que, em 2021, conquistemos direitos e qualidade de vida e para que, em 2022, construamos uma ampla frente democrática vencedora".

Combate à corrupção

No acto, marcado com citações de alguns slogans do fundador da UNITA, Jonas Savimbi, o líder do partido fez críticas à forma como está a ser conduzido o combate à corrupção em curso no país.

Para o político, este programa não tem credibilidade porque, na sua óptica, continua a evitar-se a realização de concursos públicos transparentes.

"Voltamos a apontar o dedo ao abuso da contratação pública por ajustes directos e simplificados. Em qualquer parte do mundo, esta prática está enquadrada na promoção da corrupção", sustentou Adalberto Júnior, que pediu ao Presidente da República que "acabe com este vício que tantos danos e prejuízos acarreta ao país".

Repatriamento de capitais

O presidente da UNITA minimizou, igualmente, o programa de repatriamento de capitais, em curso no país, afirmando que têm sido, erradamente, apresentados fundos como recuperação de capitais, quando na verdade não o são. Para Adalberto Júnior, aquele programa não está a trazer os resultados esperados e desafiou a Procuradoria-Geral da República a publicar os valores do repatriamento em espécie.

O também deputado lamentou que o Regime Extraordinário de Repatriamento Patrimonial, Lei proposta pela UNITA para promover o repatriamento de capitais roubados e a recuperação de património, dentro e fora do país, tenha sido rejeitada no Parlamento.

Para Adalberto Júnior, esta lei continua a ser necessária ao país, pois "o que existe hoje não está a trazer resultados concretos. Tudo é propaganda institucional".

Relativamente à reforma da administração eleitoral, defendeu que haja paridade na representação dos partidos políticos na Comissão Nacional Eleitoral (CNE). "Cada partido deverá ter apenas um representante", sugeriu Adalberto Costa Júnior, para quem o actual modelo mina a transparência dos processos eleitorais.

Secretário do partido em Menongue está detido

O secretário municipal da UNITA de Menongue, Estêvão Tomás Lubungululu, foi detido, ontem, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), na província do Cuando Cubango, por estar indiciado no crime de burla por defraudação e falsificação de documentos para a inserção de cidadãos na Caixa Social das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Em declarações à imprensa, o porta-voz do SIC, Paulo Dias de Novais, explicou que Estêvão Lubungululu burlou mais de 300 cidadãos que pagaram, cada um, 500 kwanzas, sob falsas promessas de serem inseridos como ex-militares da UNITA na Caixa Social das FAA.

Paulo Dias de Novais disse que o SIC vem registando denúncias deste tipo de crime, desde Janeiro de 2020 e que só na manhã de ontem foi possível prender o principal autor, residente no Bairro Paz, arredores da cidade de Menongue.

Segundo o porta-voz do SIC, só o facto de um cidadão cobrar dinheiro para empregar alguém já constitui crime de burla, não importando a quantia em causa.

Estêvão Lubungululu negou as acusações e explicou que o registo que estava a realizar em diferentes localidades do Cuando Cubango foi em obediência a uma orientação do partido. Disse existirem duas equipas a trabalharem a nível da província sobre o mesmo assunto.

5.7 A importância das comissões de moradores

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2021

Texto: Archer Mangueira

A minha experiência mais recente de governo de proximidade, nas funções de governador provincial do Namibe, tem-me despertado ainda mais para a importância do trabalho voluntário, em particular aquele que se espera das comissões de moradores. É esta reflexão que pretendo partilhar neste artigo.

Para uma maior simplificação, vou partir da teoria das "janelas partidas", que nos anos 80 e 90 abriu um debate sobre políticas sociais, de segurança pública e serviu de base a políticas de policiamento em várias cidades dos Estados Unidos, particularmente no estado de Nova Jérquia e, mais tarde, em Nova Iorque.

O que nos diz a teoria das "janelas partidas" – proposta por James Q. Wilson e George Kelling em artigo publicado na revista "The Atlantic", em Março de 1982 – é que aos primeiros sinais de desordem, as coisas podem começar a ficar fora de controlo. Sinais como uma janela partida ou outras marcas visíveis de desordem ou decadência – podemos pensar no lixo acumulado, pichagens, vadiagem, prostituição ou consumo de drogas – podem enviar a mensagem de que um bairro não é cuidado.

Esta teoria foi, entretanto, objecto de estudo por politólogos e criminologistas, que particularizaram dois tipos de desordem. A primeira é a desordem física, caracterizada por edifícios vazios, janelas partidas, veículos abandonados e terrenos ociosos e cheios de lixo. O segundo tipo é a desordem social, que é tipificada por mendicidade agressiva, vizinhos barulhentos e grupos de jovens que vagueiam ou se reúnem nas esquinas. A sua aplicação às práticas policiais é controversa, porque a linha entre o crime e a desordem é muitas vezes desfocada e porque a repressão social não resolve, de per si, a fome e a desigualdade. É muito mais simples atacar a desordem do que atacar males sociais tão confrangedores como a pobreza e a educação inadequada.

Mas não há dúvida – quase todos os estudos desencadeados pela teoria das "janelas partidas" o demonstraram – de que os dois tipos de desordem identificados contribuem para aumentar o medo entre os cidadãos. E essa correlação entre a desordem e o medo tem consequências nefastas. De facto, o medo aumenta o desejo de uma pessoa abandonar comunidades desordenadas e de se mudar para ambientes mais hospitaleiros. Mas esta opção está disponível apenas para a classe média, que pode dar-se ao luxo de se mudar, o que é vedado aos pobres, que têm menos escolhas. Se a classe média sair e os pobres ficarem, é inevitável que o bairro fique economicamente (ainda mais) desfavorecido. É por isso que o trabalho voluntário – exercido sob diversas formas, em particular pelas comissões de moradores – tem uma importância tão grande, especialmente numa sociedade como a nossa, onde persistem as fracturas e necessidades de vária ordem próprias de uma economia em desenvolvimento. Isto, naturalmente, sem prejuízo do papel que cabe aos governos e às administrações.

O trabalho voluntário – que a Organização Mundial do Trabalho define como actividade sem ganho financeiro, realizada por livre-arbítrio e que gera benefícios para terceiros – é indispensável para a construção e manutenção da coesão comunitária. Assim o demonstra a experiência recente de prevenção e combate à pandemia de Covid-19, em que brigadas de voluntários, com grande mobilização dos jovens, têm levado informação e meios de protecção a todas as comunidades, incluindo as mais isoladas.

Quanto às comissões de moradores, estas podem ter um largo âmbito de acção, como está previsto e definido na Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores (Lei 7/16, de 1 de Julho) e no Decreto Presidencial n.º 158/19, de 17 de Maio, que a regulamenta. Conhecermo-nos e ajudarmo-nos mutuamente ao nível da nossa rua e do nosso bairro é meio caminho andado para zelar pela paz e pela ordem no local onde vivemos. Está nas nossas mãos aprofundar esse espírito de entreatajuda no apoio aos mais velhos, à infância e aos mais carenciados, na reparação e construção de casas e na partilha do cultivo de terrenos, no cuidado dos espaços públicos, na preservação ambiental, arborização, higiene e limpeza, no apoio à escolaridade, na promoção cívica, científica e de actividades culturais.

Esse trabalho comunitário está apenas limitado pela vontade e pela imaginação de quem nele participar. É, por isso, legítimo esperar de cada Comissão de Moradores que transforme de modo muito visível e relativamente rápido o meio físico, social e

económico da sua comunidade. Uma Comissão de Moradores activa e vigilante segundo estes princípios será sempre um forte aliado das administrações e das autarquias locais, até porque pode elevar o nível de exigência do trabalho que destas se deve esperar e tornar social e economicamente mais eficiente a utilização de todos os recursos existentes.*
Governador Provincial do Namibe

5.8 A importância das comissões de moradores

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2021

Texto: Archer Mangureira

A minha experiência mais recente de governo de proximidade, nas funções de governador provincial do Namibe, tem-me despertado ainda mais para a importância do trabalho voluntário, em particular aquele que se espera das comissões de moradores. É esta reflexão que pretendo partilhar neste artigo.

Para uma maior simplificação, vou partir da teoria das "janelas partidas", que nos anos 80 e 90 abriu um debate sobre políticas sociais, de segurança pública e serviu de base a políticas de policiamento em várias cidades dos Estados Unidos, particularmente no estado de Nova Jérquia e, mais tarde, em Nova Iorque.

O que nos diz a teoria das "janelas partidas" – proposta por James Q. Wilson e George Kelling em artigo publicado na revista "The Atlantic", em Março de 1982 – é que aos primeiros sinais de desordem, as coisas podem começar a ficar fora de controlo. Sinais como uma janela partida ou outras marcas visíveis de desordem ou decadência – podemos pensar no lixo acumulado, pichagens, vadiagem, prostituição ou consumo de drogas – podem enviar a mensagem de que um bairro não é cuidado.

Esta teoria foi, entretanto, objecto de estudo por politólogos e criminologistas, que particularizaram dois tipos de desordem. A primeira é a desordem física, caracterizada por edifícios vazios, janelas partidas, veículos abandonados e terrenos ociosos e cheios de lixo. O segundo tipo é a desordem social, que é tipificada por mendicidade agressiva, vizinhos barulhentos e grupos de jovens que vagueiam ou se reúnem nas esquinas. A sua aplicação às práticas policiais é controversa, porque a linha entre o crime e a desordem é muitas vezes desfocada e porque a repressão social não resolve, de per si, a fome e a desigualdade. É muito mais simples atacar a desordem do que atacar males sociais tão conflagradores como a pobreza e a educação inadequada.

Mas não há dúvida – quase todos os estudos desencadeados pela teoria das "janelas partidas" o demonstraram – de que os dois tipos de desordem identificados contribuem para aumentar o medo entre os cidadãos. E essa correlação entre a desordem e o medo tem consequências nefastas. De facto, o medo aumenta o desejo de uma pessoa abandonar comunidades desordenadas e de se mudar para ambientes mais hospitaleiros. Mas esta opção está disponível apenas para a classe média, que pode dar-se ao luxo de se mudar, o que é vedado aos pobres, que têm menos escolhas. Se a classe média sair e os pobres ficarem, é inevitável que o bairro fique economicamente (ainda mais) desfavorecido. É por isso que o trabalho voluntário – exercido sob diversas formas, em particular pelas comissões de moradores – tem uma importância tão grande, especialmente numa sociedade como a nossa, onde persistem as fracturas e necessidades de vária ordem próprias de uma economia em desenvolvimento. Isto, naturalmente, sem prejuízo do papel que cabe aos governos e às administrações.

O trabalho voluntário – que a Organização Mundial do Trabalho define como actividade sem ganho financeiro, realizada por livre-arbítrio e que gera benefícios para terceiros – é indispensável para a construção e manutenção da coesão comunitária. Assim o demonstra a experiência recente de prevenção e combate à pandemia de Covid-19, em que brigadas de voluntários, com grande mobilização dos jovens, têm levado informação e meios de protecção a todas as comunidades, incluindo as mais isoladas.

Quanto às comissões de moradores, estas podem ter um largo âmbito de acção, como está previsto e definido na Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores (Lei 7/16, de 1 de Julho) e no Decreto Presidencial n.º 158/19, de 17 de Maio, que a regulamenta. Conhecermo-nos e ajudarmo-nos mutuamente ao nível da nossa rua e do nosso bairro é meio caminho andado para zelar pela paz e pela ordem no local onde vivemos. Está nas nossas mãos aprofundar esse espírito de entreatajuda no apoio aos mais velhos, à infância e aos mais carenciados, na reparação e construção de casas e na partilha do cultivo de terrenos, no cuidado dos espaços públicos, na preservação ambiental, arborização, higiene e limpeza, no apoio à escolaridade, na promoção cívica, científica e de actividades culturais.

Esse trabalho comunitário está apenas limitado pela vontade e pela imaginação de quem nele participar. É, por isso, legítimo esperar de cada Comissão de Moradores que transforme de modo muito visível e relativamente rápido o meio físico, social e

económico da sua comunidade. Uma Comissão de Moradores activa e vigilante segundo estes princípios será sempre um forte aliado das administrações e das autarquias locais, até porque pode elevar o nível de exigência do trabalho que destas se deve esperar e tornar social e economicamente mais eficiente a utilização de todos os recursos existentes.*
Governador Provincial do Namibe

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Imposto Predial está em pagamento

Jornal de Angola

06 De Janeiro de 2021

A Administração Geral Tributária (AGT) fez saber através de um comunicado que, desde 1 deste mês até 31 de Março, em todo o país, está em cobrança o Imposto Predial (IP) relativo ao ano 2020. Esta contribuição, exigida aos detentores de prédios urbanos ou rústicos, também pode, a partir de agora, ser liquidado em seis prestações consecutivas a pedido do contribuinte.

Atendendo ao actual contexto que restringe o atendimento presencial, a AGT faz saber que os canais remotos, designadamente a Central de Apoio ao Contribuinte, o Portal do Contribuinte e o AGT Mobile estão disponíveis para facilitar o cumprimento dessa tarefa.

Num outro comunicado, faz saber às entidades (pessoas singulares e colectivas) que realizam operações económicas sujeitas ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) o dever de actualização do cadastro para efeitos de enquadramento num dos regimes de tributação.

Esta directiva aplica-se a todos os contribuintes, independentemente do sector de actividade ou do volume de vendas anual, tenham elas fins lucrativos ou a título altruístico (filantrópico). Para o efeito, devem submeter a declaração de início de actividade, através do Portal do Contribuinte ou em alternativa consultar a Repartição ou Posto Fiscal mais próximos

6.2 Habitação e Energia estão no centro das atenções

Jornal De Angola

06 De Janeiro de 2021

Na Política de Habitação, o Executivo vai continuar a promover o loteamento e infra-estruturação de reservas fundiárias, bem como a mobilização dos diversos actores para a sua participação no programa da habitação social, através da auto-construção dirigida.

Ainda no âmbito desta política, o Executivo perspectiva dotar de infra-estruturas as

centralidades/urbanizações com casas já concluídas e não habitadas, assim como desenvolver através de Parcerias Público Privadas (PPP), novas centralidades/urbanizações, de modo a aumentar a oferta de habitações.

Energia e águas

No sector da Energia e Águas, estima-se que em 2021 apresente uma taxa de crescimento de 5 por cento justificada pela expectativa de aumento da produção de algumas barragens, com destaque para o Aproveitamento de Laúca. Para este empreendimento hidroeléctrico, incluindo o transporte associado, o Governo reservou do OGE um valor de 87,6 mil milhões de kwanzas, representando 132,6 milhões de dólares.

O sector vai desenvolver igualmente o programa de expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas, sedes de município e rurais e de consolidação e optimização do sector eléctrico, que está orçamentado em 251,9 mil milhões de kwanzas, enquanto para as políticas ligadas ao segmento de águas e saneamento são prioritários o programa de expansão do abastecimento do precioso nas áreas urbanas, sedes de município e rurais, com uma verba de 114,8 mil milhões de kwanzas do OGE 2021.

Os quatro projectos prioritários no segmento eléctrico vão ter custos de 390,97 mil milhões de kwanzas (Usd 592,1 milhões), enquanto para o segmento das águas, o valor dos cinco principais projectos representa 205, 3 mil milhões de kwanzas, um contravalor em dólares de 310, 9 milhões.

Sector económico

Nas políticas e programas orçamentais para o sector económico, constam a melhoria da gestão das finanças públicas, de ambiente de negócios, competitividade e produtividade, assim como o fomento da produção, substituição de importações e diversificação das exportações, nesse caso, o PRODESI. Em 2021, o Governo vai implementar o programa de desenvolvimento e operacionalização da rede de armazenagem, distribuição e comercialização de bens alimentares.

Agricultura e Pescas

Na Agricultura prevê-se a expansão deste sector em 2021 a uma taxa de 2,5 por cento. Para tal, no âmbito da implementação do Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar (PIAAPF) 2020/2022, o Governo considera crucial o reforço das acções nos domínios do fomento da produção agrícola, da produção pecuária, da logística e do financiamento. Sobre as pescas e derivados, em 2021,

este sector deverá crescer cerca de 1,2 por cento, como resultado da execução das medidas previstas no PIAAPF para o fomento da produção pesqueira.

Na Indústria Transformadora, espera-se um crescimento de 1,9 por cento como resultado da implementação de medidas que visam potenciar as indústrias alimentar e das bebidas, promover a instalação de 16 sistemas de conservação e congelação de pescado contentorizados, nas províncias de Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo, Cuanza Sul, Benguela e Namibe. É contemplado igualmente a promoção de instalação de oito sistemas de processamento de pescado e seu embalamento (produção e embalamento a vácuo de filetes, lombos de peixe, choco etc.) e a alteração da política de compras do Estado, devendo os órgãos focar o seu procurement na indústria nacional.

Já nos Serviços mercantis, a classificação deste sector inclui os serviços de comércio, transportes, correios e telecomunicações, intermediação financeira, serviços imobiliários e aluguer, outros serviços mercantis – que integram o turismo.

6.3 Afinal novos preços não vão beneficiar antigos contratos

Jornal Expansão

8 De Janeiro de 2021

Texto: Faustino Diogo

Os novos preços para as habitações nas centralidades definidos no Decreto Executivo Conjunto nº 364/20 dos Ministérios das Finanças e Obras Públicas e Ordenamento do Território vão abranger apenas novos contratos. A quem já tem casa nas centralidades resta-lhe apenas solicitar o aumento da maturidade do contrato para conseguir baixar o valor da mensalidade, mas sabe que terá que pagar o imóvel durante mais anos que previsto inicialmente.

O documento que define o valor das rendas das habitações dos projectos habitacionais construídos com fundos públicos, publicado em Diário da República no final do ano passado, define que "o regime de arrendamento urbano é aplicável aos contratos a celebrar a partir da data da sua publicação e estão sujeitos à actualização". Ou seja, contratos celebrados depois de 24 de Dezembro de 2020.

Desta forma ficam de fora todos os contratos celebrados antes deste período, que mantém assim os preços e condições contratuais anteriores. Isso significa que quem já reside nas centralidades no regime de arrendamento não será abrangido pela nova tabela.

O mesmo acontecerá para quem está na modalidade de venda resolúvel, segundo apurou o Expansão.

"O decreto não tem efeitos retroactivos para o arrendamento, muito menos para a venda resolúvel", admite uma fonte do Executivo. Segundo esta fonte, apesar de o novo decreto não ser retroactivo, quem já habita nas centralidades viu de certa forma a sua prestação mensal reduzir desde o ano passado, salvo os que já pagaram na totalidade.

"No ano passado o Executivo uniformizou o pagamento das centralidades para 30 anos. Todos os moradores podem agora pagar as habitações em 360 meses e isso faz com que a prestação fique mais baixa embora o valor total não tenha sido reduzido", explicou.

Entre as 18 centralidades com imóveis disponíveis para o arrendamento urbano, o Zango Zero, em Luanda, e Mussungue, na Lunda-Norte, são as zonas com o valor do arrendamento mais alto. Quem pretender arrendar um imóvel nestas localidades vai desembolsar mensalmente 20.630 Kz.

Seguem-se as centralidades do Luhongo, Lobito, Baía Farta (Benguela), Quilemba (Huila), com prestações de 15.000 Kz e Zango 5 (Luanda), com o mesmo valor.

Já na centralidade do Cazenga, independentemente do tipo de imóvel, a renda será de 12.503 Kz. Preços semelhantes aos que serão praticados em mais 8 centralidades espalhadas pelo País.

Se para o arrendamento estão disponíveis 18 centralidades, para venda apenas existem imóveis em 11 centralidades. Em Luanda, a centralidade do Cazenga é a única onde os cidadãos interessados poderão concorrer com opção de compra.

O Decreto Executivo conjunto assinado por Vera Daves e Manuel Tavares de Almeida define também os preços das habitações, sendo a centralidade do Mussungue, na província da Lunda Norte, a localidade com o imóvel mais caro. Aqui quem estiver interessado em adquirir ou arrendar um apartamento do tipo T5+ 1 vai ter que desembolsar no final 16 milhões Kz.

Para os interessados em residir na centralidade do Cazenga, o valor será de 7.585.168 Kz. A localidade mais barata é a do Capari, na província do Bengo, onde um apartamento do tipo T3 vai custar 4.980.000 Kz.

Em qualquer das modalidades a maturidade será de 30 anos, ou seja, quem arrendar ou comprar na modalidade de venda resolúvel terá 360 meses para

concluir o pagamento da habitação. A diferença é que nos casos de arrendamento, o "inquilino" pode ou não accionar o direito de preferência para a futura compra.

Pagamentos vão para a Conta Única do Tesouro Os pagamentos das habitações construídas com fundos públicos vão passar a ser feitos na Conta Única do Tesouro (CUT) através da Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE), substituindo assim o Fundo de Fomento Habitacional (FFH) que até então arrecadava os valores vindos das centralidades, segundo o Decreto Executivo Conjunto n° 364/20.

"A ideia é que instituições como o FFH ou o Instituto Nacional da Habitação deixem de ter contas nos bancos comerciais e passem a receber verbas do MinFin", disse fonte do Expansão.

Com esta medida o FFH deixa de ser o 'guardião' dos pagamentos das casas construídas com dinheiros públicos, apesar de manter a responsabilidade de comercialização das mesmas.

6.4 Novas vendas sem data prevista, funcionários públicos com prioridade

Jornal Expansão
8 De Janeiro de 2021

Apesar da publicação do decreto que estipula os preços para futuras vendas e arrendamentos nas centralidades do País, nada se sabe sobre o início de novos processos de comercialização.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território e ao Fundo de Fomento Habitacional quanto ao arranque de um novo processo de vendas, mas até ao fecho desta edição não obteve resposta.

O que se sabe é que o novo regime geral de acesso às habitações construídas com os fundos públicos mantém os funcionários públicos como os principais privilegiados, cabendo a esta franja da sociedade 30% dos imóveis em todos os projectos habitacionais construídos com dinheiros públicos. À juventude ficam reservados 20%, o público em geral fica com 15%, empresas do sector público e privado ficam também com 15%.

Para a reserva de emergência estão previstos 10%, e esta reserva será gerida pelo Fundo de Fomento Habitacional. Os antigos combatentes e veteranos da pátria, e as pessoas com deficiência, ficam cada com

5% das habitações construídas com os fundos públicos.

O Decreto Presidencial n°278/20 de 26 de Outubro, que regula o regime geral de acesso às habitações construídas com os fundos públicos, define também duas modalidades de acesso. Uma por sorteio, que será essencialmente para o público em geral e outra por atribuição, que contemplará essencialmente os funcionários públicos e instituições.

O documento estipula também que os cidadãos que se beneficiarem de mais de uma casa construída com fundos públicos vão ser obrigados a restituir imóveis ao Estado, sem o direito de reaver qualquer prestação já paga, ficando apenas com um.

O diploma prevê ainda que o contrato promessa de compra e venda estabelecido entre o Estado e determinado cidadão (propriedade resolúvel), pode ser extinto por falta de pagamento de seis prestações mensais.

F.D.

6.5 Prevista tributação adicional para imóveis desocupados

Jornal de Angola
09 De Janeiro de 2021

Os imóveis desocupados e sem observar os critérios de aproveitamento útil efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, ficam sujeitos a tributação adicional de 50 por cento sobre o Imposto Predial (IP), que está em cobrança entre 1 de Janeiro e 31 de Março.

A medida está inserida no novo Código do Imposto Predial aprovado em Junho último pela Assembleia Nacional, sendo referida numa matéria divulgada ontem, pela Angop, para assinalar a cobrança, que pode ocorrer em seis prestações consecutivas a pedido do contribuinte.

O IP é uma contribuição anual paga ao Estado pela posse ou usufruto de imóveis, com a cobrança a passar, no novo Código, para a responsabilidade das administrações municipais com base num canal que vai integrar o sistema de gestão da AGT e dos Registos de Imóveis do Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

Do valor a ser arrecadado pelas administrações municipais será subtraída a parte que lhes cabe direito, nos termos da lei. Para os prédios rústicos (terrenos), a taxa de IP corresponde a 10.397 kwanzas por um hectare, um valor fixo, ou seja, se um terreno

tiver, por exemplo, três hectares, este número será multiplicado pelo montante da taxa.

A taxa do IP aplicável às rendas provenientes de imóveis é de 25 por cento, a das transmissões onerosas ou gratuitas de imóveis é de 2,0 por cento (observando-se uma ligeira redução nesse domínio), a consagrada à construção é de 0,6 por cento, enquanto a cobrada sobre a detenção de prédios urbanos de até cinco milhões de kwanzas é de 0,1 por cento.

Os prédios urbanos com valor patrimonial de cinco milhões e um kwanza e seis milhões de kwanzas passam a ter um valor fixo de cinco mil kwanzas por ano e, caso o valor patrimonial do imóvel ascender, por exemplo, a 10 milhões de kwanzas, são retirados os cinco milhões de não sujeição e, sobre o excesso deste valor, aplica-se a taxa de 0,5 por cento.

Na detenção de prédios urbanos e rústicos, o imposto é liquidado anualmente, mas, no arrendamento a inquilinos sem contabilidade organizada é liquidado até ao último dia útil do mês de Março, e, no caso dos que têm contabilidade organizada, o imposto é liquidado e pago até o último dia útil do mês seguinte ao mês de pagamento da renda.

No caso de transmissão de imóveis, o imposto é liquidado e pago até ao último dia útil do mês seguinte ao mês do acto que opera a transmissão. Estas e outras incidências estiveram em debate numa live ontem transmitida na rede social Facebook, onde o técnico da Direcção de Serviços Fiscais da AGT Osvaldo Bravo esclareceu dúvidas de um público constituído por dezenas de participantes.

6.6 Novo código poderá promover justiça fiscal a utentes de imóveis

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2021

Texto: Gabriel Benga

O novo Código do Imposto Predial, que alarga a base tributária, vai promover a justiça fiscal aos detentores de imóveis, com a exclusão do valor da alienação como critério de tributação, fazendo prevalecer apenas o valor resultante da avaliação realizada pela Administração Geral Tributária (AGT).

Segundo o técnico da AGT afecto à Direcção dos Serviços Fiscais (DSF), Osvaldo Bravo, que falava sexta-feira última, numa sessão de esclarecimentos sobre o Imposto Predial (IP), os cidadãos deixarão de ser tributados com base no valor máximo da compra do imóvel.

As novas alterações legislativas permitiram promover um critério de justa tributação dos imóveis na posse dos cidadãos (pessoas singulares e colectivas), na medida em que faz prevalecer somente o valor resultante da avaliação feita pelo técnico da Repartição Fiscal”, disse.

Em declarações ao Jornal de Angola, Osvaldo Bravo aclarou que no passado nem todos os imóveis eram tributados, pelo facto de o valor patrimonial ser igual ou inferior a 5 milhões de kwanzas

Em função da Nova Lei do Imposto Predial, todos os detentores de imóveis devem pagar o referido tributo, salvo os que constam na lista de Normas de Isenções.

O técnico acentuou que as alterações na Nova Lei do IP, calcula-se o valor patrimonial dos prédios rústicos com o imposto a pagar, aplicando o valor fixo de 10. 397 kwanzas fixado para cada hectare. "Neste caso se o proprietário possuir mais de um hectare deverá multiplicar o número de hectare por 10. 397 kwanzas”, explicou.

Para o técnico, se o imóvel no exercício anterior (ano passado) estiver arrendado, o proprietário deve no mês de Janeiro do ano em curso, submeter a Declaração Modelo 1 do IP sobre o arrendamento”.

Taxas fixadas

As principais alterações fixam a taxa de 0,1 por cento, aos imóveis com valor patrimonial abaixo dos 5 milhões de kwanzas. Para patrimónios imobiliários avaliados em 5 000 001 a 6 000 000, a taxa é inalterável, fixada em 5.000 de kwanzas.

Com as alterações introduzidas, o referido imposto incide aos detentores de imóveis com valor superior a 6 000 001,00 a taxa é de 0,5 por cento. Esta medida visa estimular a sua utilização pelo titular, venda ou arrendamento do imóvel. Quanto à taxa do Imposto Predial aplicável ao terreno para construção é de 0,6 por cento, aos prédios arrendados a percentagem é de 15 por cento e sobre a transmissão de bem imóvel a taxa é de 2 por cento.

Os prédios desocupados há mais de 1 ano, bem como os terrenos para construção relativamente aos quais não sejam observados os critérios de aproveitamento útil efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, a contar da data da entrada em vigor do Código do Imposto Predial, da sua concessão, ocupação ou da última transmissão, ficam sujeitos a uma tributação adicional de 50% do imposto devido

6.7 Propostas de leis atribuem competência ao Constitucional

Jornal de Angola

Data: 14 De Janeiro de 2021

Propostas de leis que revogam a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e do Processo Constitucional vão, quinta-feira, à discussão e votação, na generalidade, no Parlamento.

O Tribunal Constitucional vai poder acumular competências para apreciar o contencioso autárquico. A possibilidade consta nas propostas de leis que revogam a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e do Processo Constitucional. Os dois diplomas vão à discussão e votação, na generalidade, na sessão plenária de hoje, na Assembleia Nacional.

A Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, confere competências para o tribunal apreciar o contencioso autárquico, enquanto a Lei do Processo Constitucional clarifica as matérias sobre o recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

De acordo com o relatório parecer conjunto das comissões especializadas, a Proposta que revoga a Lei do Processo Constitucional tem como principal propósito a necessidade de se atenuarem as áreas de críspação na relação de diálogo entre os Tribunais Constitucional e Supremo, com destaque para as questões ligadas ao recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

De iniciativa legislativa do Presidente da República, a proposta visa, também, clarificar os efeitos do recurso e os efeitos da decisão desde recurso. Com este propósito, refere o parecer, pretende-se introduzir novas normas reguladoras do recurso de inconstitucionalidade e clarificar que esse tipo de recurso deve incidir apenas sobre questões de natureza jurídico -constitucional e que o Tribunal deve ter em conta a intensidade da lesão do direito, liberdade e garantia fundamental e a relevância jurídico-constitucional da questão recorrida.

No que concerne aos efeitos do recurso, fixou-se que os expedientes extraordinários de inconstitucionalidade têm efeito suspensivo e que em matéria penal produzam o efeito suspensivo do processo e da decisão.

Lei Orgânica do TC

A Proposta de Lei que revoga a Lei Orgânica da Organização e Funcionamento do Tribunal Constitucional visa, essencialmente, delimitar o mandato do presidente e dos juizes conselheiros. O

limite da idade dos magistrados daquele órgão jurisdicional é de 70 anos. A proposta de lei diploma mantém os sete anos de mandato não renovável dos 11 juizes do Tribunal Constitucional (TC).

A Proposta de Lei reflecte a experiência adquirida ao longo dos 12 anos de existência desta instância judicial e tem como objectivo melhorar a sua organização, funcionamento e desempenho. No diploma, reafirma-se o papel do TC, enquanto tribunal de defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais e os princípios constitucionais respeitantes a esses direitos, no quadro da defesa da dignidade da pessoa humana e na necessidade de se determinar, de forma clara, quais os limites de acção deste tribunal, para que não surja como mais uma instância de justiça.

Além de conformar-se à Constituição de Angola, aprovada em 2010, a proposta de Lei reorganiza o âmbito das competências do TC, com destaque para as competências de apreciação da regularidade e validade das eleições autárquicas e a legalidade da formação das coligações e grupos de cidadãos eleitores concorrentes às eleições autárquicas. Refere-se, igualmente, à declaração da extinção das coligações e de julgar os recursos relativos à perda, substituição, suspensão e renúncia do mandato nas assembleias das autarquias, entre outras.

Lei das custas judiciais e alçadas dos tribunais

Ainda hoje, vai à votação a Proposta de Lei que altera a Lei das Custas Judiciais e Alçadas dos Tribunais (Lei nº 9/5, de 17 de Agosto). A proposta visa actualizar o regime jurídico das custas judiciais à actual realidade económico-financeira do país. O actual regime encontra-se, em alguns aspectos, "flagrantemente desadequado", no ordenamento jurídico angolano, tendo em conta a realidade contemporânea. Noutros planos, revela focos de omissão legislativa.

Razões legais, funcionais e operacionais impõem a necessidade de uma reforma transversal do regime das custas judiciais e alçadas dos tribunais no ordenamento jurídico angolano, face à nova divisão hierárquica do poder jurisdicional e territorial, com implicação nas regras de organização dos tribunais em matéria de alçadas.

6.8 Casas da Centralidade da Caála são distribuídas

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2021

Texto: Miguel Ângelo

De acordo com o secretário-geral do Governo Provincial do Huambo, Tiago António, o processo obedece a duas fases, a primeira destina-se à Função Pública. A segunda ao público em geral, que terá um percentual de 15 por cento, correspondente a 600 habitações.

No processo de atribuição de cifras de comercialização das 4.001 habitações da Centralidade Fernando Faustino Muteka, os funcionários terão um percentual de 30%, juventude 20%, empresas públicas e privadas 15%, ao passo que os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e pessoas com necessidades especiais foram contemplados com cada cinco por cento.

Neste momento decorre a distribuição de quotas por 115 organismos, entre os quais Governo Provincial, órgãos de Justiça e Defesa e Segurança, tribunais, delegações provinciais, administrações municipais, institutos públicos e de ensino superior.

Fazem ainda parte as direcções municipais da Educação, Saúde, ordens profissionais públicas e unidades hospitalares, de maior referência na província do Huambo. Na próxima semana, caberá a distribuição, das quotas das empresas públicas e privadas.

Tiago António explicou que a comercialização das habitações será feita com base no Decreto Presidencial 278/20, de 26 de Outubro, que regula o regime de acesso à habitação construída com fundos públicos, que integra o património imobiliário do Estado.

Em despacho, a governadora do Huambo, Lotti Nolika, criou uma comissão “addoc” para o acompanhamento de todo o processo.

O secretário-geral do Governo Provincial do Huambo informou que está a ser feito trabalho transparente, no sentido de a comercialização das habitações ser realizada com êxito e sem pressão por parte dos interessados.

6.9 Habitação e Energia estão no centro das atenções

Jornal De Angola

06 De Janeiro de 2021

Na Política de Habitação, o Executivo vai continuar a promover o loteamento e infra-estruturação de reservas fundiárias, bem como a mobilização dos diversos actores para a sua participação no programa da habitação social, através da auto-construção dirigida.

Ainda no âmbito desta política, o Executivo perspectiva dotar de infra-estruturas as centralidades/urbanizações com casas já concluídas e não habitadas, assim como desenvolver através de Parcerias Público Privadas (PPP), novas centralidades/urbanizações, de modo a aumentar a oferta de habitações.

Energia e águas

No sector da Energia e Águas, estima-se que em 2021 apresente uma taxa de crescimento de 5 por cento justificada pela expectativa de aumento da produção de algumas barragens, com destaque para o Aproveitamento de Laúca. Para este empreendimento hidroeléctrico, incluindo o transporte associado, o Governo reservou do OGE um valor de 87,6 mil milhões de kwanzas, representando 132,6 milhões de dólares.

O sector vai desenvolver igualmente o programa de expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas, sedes de município e rurais e de consolidação e optimização do sector eléctrico, que está orçamentado em 251,9 mil milhões de kwanzas, enquanto para as políticas ligadas ao segmento de águas e saneamento são prioritários o programa de expansão do abastecimento do precioso nas áreas urbanas, sedes de município e rurais, com uma verba de 114,8 mil milhões de kwanzas do OGE 2021.

Os quatro projectos prioritários no segmento eléctrico vão ter custos de 390,97 mil milhões de kwanzas (Usd 592,1 milhões), enquanto para o segmento das águas, o valor dos cinco principais projectos representa 205, 3 mil milhões de kwanzas, um contravalor em dólares de 310, 9 milhões.

Sector económico

Nas políticas e programas orçamentais para o sector económico, constam a melhoria da gestão das finanças públicas, de ambiente de negócios, competitividade e produtividade, assim como o fomento da produção, substituição de importações e diversificação das exportações, nesse caso, o PRODESI. Em 2021, o Governo vai implementar o programa de desenvolvimento e operacionalização da rede de armazenagem, distribuição e comercialização de bens alimentares.

Agricultura e Pescas

Na Agricultura prevê-se a expansão deste sector em 2021 a uma taxa de 2,5 por cento. Para tal, no âmbito da implementação do Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar (PIAAPF) 2020/2022, o Governo considera crucial o reforço das acções nos domínios do fomento da produção agrícola, da produção pecuária, da logística e do financiamento. Sobre as pescas e derivados, em 2021, este sector deverá crescer cerca de 1,2 por cento, como resultado da execução das medidas previstas no PIAAPF para o fomento da produção pesqueira.

Na Indústria Transformadora, espera-se um crescimento de 1,9 por cento como resultado da implementação de medidas que visam potenciar as indústrias alimentar e das bebidas, promover a instalação de 16 sistemas de conservação e congelação de pescado contentorizados, nas províncias de Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo, Cuanza Sul, Benguela e Namibe. É contemplado igualmente a promoção de instalação de oito sistemas de processamento de pescado e seu embalamento (produção e embalamento a vácuo de filetes, lombos de peixe, choco etc.) e a alteração da política de compras do Estado, devendo os órgãos focar o seu procurement na indústria nacional.

Já nos Serviços mercantis, a classificação deste sector inclui os serviços de comércio, transportes, correios e telecomunicações, intermediação financeira, serviços imobiliários e aluguer, outros serviços mercantis — que integram o turismo.

7. TERRA

7.1 Habitação e Energia estão no centro das atenções

Jornal De Angola
06 De Janeiro de 2021

Na Política de Habitação, o Executivo vai continuar a promover o loteamento e infra-estruturação de reservas fundiárias, bem como a mobilização dos diversos actores para a sua participação no programa da habitação social, através da auto-construção dirigida.

Ainda no âmbito desta política, o Executivo perspectiva dotar de infra-estruturas as centralidades/urbanizações com casas já concluídas e não habitadas, assim como desenvolver através de Parcerias Público Privadas (PPP), novas centralidades/urbanizações, de modo a aumentar a oferta de habitações.

Energia e águas

No sector da Energia e Águas, estima-se que em 2021 apresente uma taxa de crescimento de 5 por cento justificada pela expectativa de aumento da produção de algumas barragens, com destaque para o Aproveitamento de Laúca. Para este empreendimento hidroeléctrico, incluindo o transporte associado, o Governo reservou do OGE um valor de 87,6 mil milhões de kwanzas, representando 132,6 milhões de dólares.

O sector vai desenvolver igualmente o programa de expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas, sedes de município e rurais e de consolidação e optimização do sector eléctrico, que está orçamentado em 251,9 mil milhões de kwanzas, enquanto para as políticas ligadas ao segmento de águas e saneamento são prioritários o programa de expansão do abastecimento do precioso nas áreas urbanas, sedes de município e rurais, com uma verba de 114,8 mil milhões de kwanzas do OGE 2021.

Os quatro projectos prioritários no segmento eléctrico vão ter custos de 390,97 mil milhões de kwanzas (Usd 592,1 milhões), enquanto para o segmento das águas, o valor dos cinco principais projectos representa 205,3 mil milhões de kwanzas, um contravalor em dólares de 310,9 milhões.

Sector económico

Nas políticas e programas orçamentais para o sector económico, constam a melhoria da gestão das

finanças públicas, de ambiente de negócios, competitividade e produtividade, assim como o fomento da produção, substituição de importações e diversificação das exportações, nesse caso, o PRODESI. Em 2021, o Governo vai implementar o programa de desenvolvimento e operacionalização da rede de armazenagem, distribuição e comercialização de bens alimentares.

Agricultura e Pescas

Na Agricultura prevê-se a expansão deste sector em 2021 a uma taxa de 2,5 por cento. Para tal, no âmbito da implementação do Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar (PIAAPF) 2020/2022, o Governo considera crucial o reforço das acções nos domínios do fomento da produção agrícola, da produção pecuária, da logística e do financiamento. Sobre as pescas e derivados, em 2021, este sector deverá crescer cerca de 1,2 por cento, como resultado da execução das medidas previstas no PIAAPF para o fomento da produção pesqueira.

Na Indústria Transformadora, espera-se um crescimento de 1,9 por cento como resultado da implementação de medidas que visam potenciar as indústrias alimentar e das bebidas, promover a instalação de 16 sistemas de conservação e congelação de pescado contentorizados, nas províncias de Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo, Cuanza Sul, Benguela e Namibe. É contemplado igualmente a promoção de instalação de oito sistemas de processamento de pescado e seu embalamento (produção e embalamento a vácuo de filetes, lombos de peixe, choco etc.) e a alteração da política de compras do Estado, devendo os órgãos focar o seu procurement na indústria nacional.

Já nos Serviços mercantis, a classificação deste sector inclui os serviços de comércio, transportes, correios e telecomunicações, intermediação financeira, serviços imobiliários e aluguer, outros serviços mercantis – que integram o turismo.

7.2 «Não fomos ouvidos no processo que ditou esta providência»

Novo Jornal
15 De Janeiro de 2021

O causídico informa que os seus clientes têm dois processos na Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda (TPL) que, há vários anos, aguardam por desfecho, o que, na sua óptica, espelha uma alegada pressão de que estará a ser alvo ajuíza que conduz o caso.

"Presume-se, segundo algumas informações que recebemos a partir do tribunal, que ajuíza tem sofrido pressão para que não decida [sobre o processo]", atira Sebastião Assureira.

Em entrevista ao Novo Jornal, o advogado adianta que o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) já terá notificado a juíza Alice Efraim Rodrigues sobre os pontos de que é acusada no processo que opõe os camponeses da Anandengue a várias figuras públicas e empresariais, entre as quais o deputado Dino Matrosse.

"Já escrevemos ao plenário do CSMJ, a 07 de Dezembro de 2020. Na queixa, citámos esta irregularidade na providência cautelar e a suposta pressão à juíza; a irregularidade refere-se à litispendência", detalha, referindo-se a um dispositivo jurídico que ocorre quando sobre o mesmo caso e mesmo autor houver mais de dois processos a tratar do mesmo assunto.

Sebastião Assureira acusa ainda os opositores de terem usado "artimanhas", no sentido de o tribunal decidir na providência cautelar sem que ouvisse os camponeses.

"Lamentavelmente, aproveitaram-se desta sentença, não assinada [pela juíza Alice Efraim Rodrigues, mas por um escrivão de Direito], para cometerem várias atrocidades, várias irregularidades. Não fomos ouvidos no processo que ditou esta providência cautelar de restituição provisória de posse por esbulho violento, que deu azo às demolições ilegais do dia 02 de Dezembro", acusa o advogado, considerando as demolições ocorridas contrárias ao espírito de uma decisão provisória.

"Existe uma sentença de 2014, em que Lar do Patriota foi condenado a ceder uma parte de 14 hectares, mas eles recuperaram todos os espaços, no bairro Honga [inserido no mesmo espaço em litígio], destruíram residências, mesmo sabendo que existe uma sentença à qual eles não recorreram e que foi, por isso, um caso julgado", afirma o causídico.

"Quando o senhor general Dingwanza [mentor do projecto Lar do patriota, já falecido] contactou os camponeses, em 2003, apresentando-se como autoridade do Governo, disse que iriam instalar aqui um projecto habitacional, e, por isso, prometeu indemnizar os camponeses. Mas isso nunca aconteceu", relatou, numa reportagem do Novo Jornal em 2019, Santos Adão, presidente da Associação de Camponeses Anandengue.

VICTORIA MAVILUKA

7.3 «Querem pessoalizar para tirar proveito da posição social ou política de Dino Matrosse»

Novo Jornal

15 De Janeiro de 2021

Texto: Victória Maviluka

O senhor deputado Julião Mateus Paulo «Dino Matrosse», seu cliente, é acusado de estar associado à empresa DJJ-Empreendimentos Lda., uma das envolvidas no litígio por terras no Lar do Patriota. Os camponeses da Anandengue acusam-no de incompatibilidade. O deputado exerce activamente o ramo empresarial? Está ligado à DJJ-Empreendimentos Lda.?

O problema que realço aqui é o seguinte: porque é que estão a pessoalizar esta questão da Anandengue com o senhor Dino Matrosse, quando a providência cautelar foi movida por várias pessoas? E houve mais pessoas que se levantaram contra a Anandengue, que são titulares dos terrenos comprados à FLP (Fundação Lar do patriota). Existe uma média de 30 a 40 pessoas, só que não poderíamos incluí-las todas na providência cautelar. Incluímos estas como representando todos os titulares cujos terrenos foram invadidos e ocupados pela Associação. Não há razão para tentarem pessoalizar este assunto, porque a entidade principal neste processo é o Lar do Patriota, detentor do terreno, que vendeu os terrenos, que supervisiona a sua boa gestão.

O senhor deputado está ou não associado à empresa DJJ - Empreendimentos?

Não sei em que sentido queres dizer, mas posso dizer que, através da certidão comercial, pode saber-se quem são os sócios.

Esta certidão inclui ou não o senhor Dino Matrosse na estrutura accionista?

Não inclui. Acho que o senhor jornalista deve transcrever o que está escrito na certidão comercial da empresa DJJ - Empreendimentos' e é uma certidão actualizada a 20 de Janeiro de 2020, portanto, tem um ano.

O histórico desta empresa não envolve o senhor Dino Matrosse? Estamos a falar de uma actualização que é ou não posterior aos autos?

É anterior aos autos, porque a providência cautelar foi remetida aí em Março, Abril mas é anterior.

O administrador, gestor desta empresa, chama-se José Maria Alves de Castro e foi ele que a representou na audiência desta providência cautelar.

Portanto, não há ligação do senhor Dino Matrosse a esta empresa?

Já lhe disse que os sócios desta empresa estão na certidão comercial. Vou enviar-lha e aí vai ver quem são os sócios da DJJ-Empreendimentos Ida.

Não são nem pessoas próximas a si?

O que é isso próximas?

Podem ser familiares?

O amigo é uma pessoa próxima ... o senhor José de Castro é uma pessoa próxima, quer dizer, quando digo próxima, é um amigo, não tem nenhum laço familiar, mas é amigo. Ligação é uma palavra muito vaga ...

Ligação pode ser interesses?

Juridicamente, os sócios da DJJ são duas empresas. Isso é uma pessoalização do dossier, quando os intervenientes são vários.

Mas a questão não se deveria colocar de forma diferente: Porque é que se está a incluir Dino Matrosse nesta questão?

Se estão a acusar Dino Matrosse de ter orientado as tropas, que a filha trabalha no tribunal e que influenciou a sentença, etc, etc, eles têm que provar isso. Por isso é que o senhor Dino Matrosse levantou esta queixa-crime para que eles provem oficialmente (...). Todas aquelas acusações têm que realmente ser provadas e demonstradas junto do tribunal, e os órgãos competentes vão decidir. Dino Matrosse é titular de uma parcela de terra, isso tem, não há dúvidas nenhuma.

Esta parcela está representada em interesses de algumas empresas?

Dele próprio, em nome próprio. É lógico que ele vá defender aquilo que é dele. A DJJ vai defender aquilo que é dele.

Ele participa entre os subscritores?
De forma indirecta, sim.

«De forma indirecta» quer dizer o quê?

Que ele tem interesses lá, como há outras pessoas que também não apareceram e que têm também interesses.

De que forma se fez representar no processo: de forma pessoal, por intermédio de alguém, uma empresa?

Houve muita gente titular de parcela de terra que entrou outra vez na DJJ, outra vez na FLP, etc., portanto, a FLP aglutinou muita gente indecisa, porque a parte do terreno invadida e ocupada pela Associação é muito vasta, e, por conseguinte, a FLP é um organismo que aglutinou muitos participantes.

Não respondeu à pergunta: de que forma é que o senhor Dino Matrosse se fez representar entre os participantes da providência cautelar?

Não, não, não! Uma pergunta que eu quero saber: a pergunta inicial foi se ele era ou não sócio da DJJ. Já lhe respondi e vou-lhe mostrar a certidão. Já lhe informei que Dino Matrosse tem um terreno, está registado em nome dele, isso não tem problemas nenhuns. Como queixoso, como participante, objecto de invasão, ele tem que se queixar, ele tem que ser prudente, como muita gente não apareceu directamente, houve uns que apareceram e outros não, houve uns que foram intermediados, entre aspas ...

Foi o caso do senhor deputado? Sim, acho que sim, foi.

Mas através de pessoas, através de empresas, através de quê?

As pessoas que apareceram como queixosos principais foram directamente ofendidas, por exemplo o senhor Francisco ...

Em relação ao senhor deputado, de que forma se fez representar: através de uma empresa?

Através de uma empresa.

Esta empresa não é a DJJ, certo?

Também houve... ele foi representado pela FLP, por um lado, e pela DJJ também, por outro, mas não como sócio.

Foi como quê? Qual foi a condição dele na representação pela DJJ?

Eu falei da DJJ, falei da FLP e também falei de outras empresas, porque é que o senhor está a insistir na DJJ?

Porque o documento que nos chegou vincula o senhor Dino Matrosse como representante da DJJ.

Eu vou-lhe enviar a certidão da matrícula comercial da DII, que é um documento oficial, e que ali tem o nome dos sócios da DII - Empreendimentos Lda.

Mas disse-nos, há pouco, que os interesses de Dino Matrosse foram representados tanto pela FLP quanto pela DJJ ...

Tal como os outros, já lhe disse que houve uma média de 30 a 40 pessoas que se queixaram, e a FLP, como entidade gestora, representou a todos, e não foi necessário escrever o nome de todos os queixosos.

Vinculou, há pouco, os interesses de Dino Matrosse à representação da DJJ, por isso lhe perguntávamos em que condições o fez?

Estou-lhe a dizer, a FLP representou não só Dino Matrosse como também o António... como toda a gente ...

Mas qual foi a condição do senhor Dino Matrosse na representação da DJJ?

A certidão comercial não é suficiente para ti, em termos oficiais? Para saber quem são os sócios da DJJ.

Não lhe parece estranho o facto de Dino Matrosse não estar entre os sócios a empresa DJJ e, ainda assim, tal como o afirma, esta estar a defender os seus interesses...

Não. Eu não disse que a DJJ defendeu os interesses de Dino Matrosse, eu não disse isso. Disse que a FLP e houve outras empresas mais que, de uma maneira geral, defenderam todos os que estão envolvidos nisso, porque eles foram em representação de todas as pessoas cujos terrenos foram ocupados e invadidos.

Então, a DJJ-Empreendimentos Lda. não foi mandatada a defender os interesses de Dino Matrosse.

Não, não foi mandatada (...). A associação está a querer pessoalizar este conflito ao senhor Dino Matrosse, o que é mau, porque há outros participantes, há outras empresas envolvidas. Querem politizar isso, e nós não vamos por aí, nós estamos a ir pelas instâncias judiciais. São os tribunais que vão resolver esta questão. Penso que é a melhor via escolhida quando há um litígio (...), não estar a querer receber apoio dos média ou da sociedade através destas denúncias - denúncias entre aspas - públicas. É uma questão de querer pessoalizar para tirar um proveito, atendendo à posição social ou política do senhor Dino Matrosse como deputado.

Já agora, recebemos há pouco a sentença desta providência cautela r, que diz, logo no princípio: «Vieram a FLP - Lar do Patriota, localizada na rua 24,107, na Urbanização Harmonia Lcir do Patriota, município do Talatona, representada por Jorge Inácio Chinguengue; Empresa DJJ - Empreendimentos Lda., com sede em Luanda, representada por Julião Mateus Paulo ...

Sim, mas isso não significa que seja sócio. Quem representou a DJJ no tribunal foi o senhor José Maria Alves de Castro.

No documento, que é oficial, coloca-se o nome de Dino Matrosse como representante da empresa DJJ. Sempre lhe disse que a DJJ e a FLP cobriram várias pessoas, agora, os sócios da empresa lá não tem nada a ver com o Dino Matrosse.

7.4 Terras comunitárias: Delimitações impõem-se...

Novo Jornal

15 De Janeiro de 2021

Novo Ano, velhos problemas. Vivemos um longo período de reformas incompletas de terras que nos remete a um sistema de acesso e posse precárias e que se agrava e gera conflitos.

A primeira reforma, de 1976 a 1989, visava alcançar dois objectivos: evitar, por um lado, que se criasse uma nova classe de capitalistas exploradores e recuperar os níveis de produção de 1973, enquanto a segunda reforma previa o redimensionamento da maior parte das Unidades Económicas Estatais, incluindo as fazendas agrícolas nacionalizadas durante a primeira reforma.

Não obstante haver o reconhecimento às práticas de gestão da terra, no entanto, a actual lei, no quesito preservação de identidade e controlo de recursos, só se efectuará se realizada a delimitação das terras comunitárias, conforme prevê o artigo n.º SI.

Entre os camponeses e agricultores, todos convergem na ideia de que uma reforma de terra se impõe. Alinhamos, igualmente, ao que defendeu, em 2015, o pesquisador Paulo Filipe no seu livro, em que defende uma nova política de terras que conduza a um maior equilíbrio nas relações de produção e na balança do poder rural.

E que, conseqüentemente, seria a lanterna que indicaria caminhos para o resgate da identidade das comunidades rurais com a terra; uma política que indicasse, de forma visionária, o enquadramento da terra na realização das metas de desenvolvimento

industrial do País; que defina critérios para a limitação das concessões privadas como forma de antecipar privação de direito das gerações futuras e mitigar potenciais conflitos; uma política que indique formas objectivas de corrigir os desequilíbrios no acesso e posse de terra ao longo da história.

o impacto da reforma agrária dependerá da definição clara de um quadro de planificação e uso da terra rural

Por outro lado, o dualismo legal (direito costumeiro e direito positivo) leva uma potencial exclusão social, uma vez que cria dois tipos de cidadãos com tipos diferentes de direito no mesmo espaço. Consensos levam a tão necessária delimitação de terras, pelo facto de constituir um instrumento legal de protecção dos direitos das comunidades rurais até agora inexistente. E, qual o sistema de protecção mais seguro para as comunidades? A nossa proposta baseia-se na experiência africana (Sudão e Moçambique) que sugere duas opções de delimitação. Delimitação fechadas: as comunidades têm direito de protecção rígidas, com limitada possibilidade de investimento externo. A comunidade garante direitos específicos sobre as terras adquiridas ao Estado ou com base nas normas e práticas costumeiras.

O argumento contra é que relega as comunidades ao isolamento, não podendo beneficiar de oportunidade de investimento, com vista ao crescimento económico. Delimitação aberta: oferece às comunidades o direito de protecção das suas terras, mas o acesso a recursos nas áreas comunitárias estaria aberto a investidores externos.

Temos opções... por conseguinte, o impacto da reforma agrária dependerá da definição clara de um quadro de planificação e uso da terra rural; do grau de compromisso do Governo, no sentido de regular o mercado de capitais, insumo e produção, investimento em infra-estruturas nas áreas complementares. Por aí, talvez desenvolvamos a tão esperada classe de pequenos produtores familiares que seja economicamente viável e não pedinte de insumos.

7.5 Construções ilegais invadem espaços desportivos na Huíla

Jornal de Angola

24 De Janeiro de 2021

Texto: Gandêncio Hamelay

As construções ilegais de residências em espaços reservados para a prática do desporto comunitário preocupam a direcção dos Tempos Livres da

Juventude e Desportos da Administração Municipal do Lubango, na província da Huíla. O seu director municipal Henriques Domingos, disse que o índice de invasão está a aumentar e preocupa.

Henriques Domingos informou que efectuou-se o levantamento das infra-estruturas desportivas sediadas no município do Lubango no sentido de se avaliar os espaços existentes para massificar o desporto nas comunidades. “Existem terrenos baldios no município do Lubango que podem ser aproveitados para a prática do desporto comunitário. O objectivo é salvaguardar essa componente”, referiu.

Disse que existem espaços que podem ser revertidos em campos para a prática do futebol 11 e não só. “O que acontece é o facto de que os cidadãos estão a invadir os espaços onde os jovens deviam praticar o desporto”, revelou.

Segundo adiantou, nas reservas existentes nas zonas urbanísticas do Kuawa e Tchavola, quando foram concebidas, havia áreas destinadas à reserva desportiva, mas, “fomos notando que os cidadãos estão a erguer casas nesses espaços”, lamentou.

Henriques Domingos defendeu a denúncia de qualquer prática do género e impedir que os referidos espaços sejam, de forma ilícita, ocupados pelos cidadãos. O director municipal dos Tempos Livres, Juventude e Desportos do Lubango reconheceu que o desporto move multidões. Daí, destacou que não se pode continuar a assistir a situações dessa natureza. “No centro da cidade, principalmente onde a juventude jogava bola de saco, actualmente, os espaços desapareceram”, salientou.

Para os espaços que existem a sua direcção está a trabalhar junto das instâncias competentes para a legalização. O objectivo, frisou Henriques Domingos, visa impedir a expropriação indevida.

A direcção municipal dos Tempos Livres, Juventude e Desportos do Lubango foi criada no âmbito do processo de descentralização administrativa e completa um ano de existência no próximo mês de Fevereiro.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 GPL gasta mais de 1,4 mil milhões de dólares com operadoras de limpeza

Novo Jornal

8 De Janeiro de 2021

Texto: Teresa Fukiady

O Governo Provincial de Luanda (GPL) desembolsou, nos últimos quatro anos, entre 2016 e 2020, um valor estimado em mais de 1,4 mil milhões de dólares (mais de 950 mil milhões de kwanzas à luz da taxa de câmbio média actual) no pagamento a cinco das seis operadoras de limpeza e recolha de lixo. Mensalmente, o Estado gastava mais de 30,4 milhões de dólares mensais, perto de 20 mil milhões de kwanzas, com estas empresas contratadas em 2016.

Os altos valores e a incapacidade de honrar com os pagamentos forçaram o GPL a suspender contratos com as referidas empresas, por considerar "onerosos" para os cofres do Estado.

Até Dezembro do ano passado, apurou o Novo Jornal, a dívida do GPL às operadoras estava avaliada em mais de 112 mil milhões de kwanzas, mais de 172 milhões de dólares.

Fonte ligada ao processo revela que, após a chegada de Joana Lina, em Maio, no Palácio da Mutamba, a governante exigiu a revisão dos contratos com as seis empresas de limpeza, nomeadamente:

Queiroz Galvão, Nova Ambiental, Rota Ambiental, Vista Waste, Sã Ambiente e Elisal, autorizadas entre Junho e Julho de 2016 pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quando Higinio Carneiro era governador de Luanda.

Os contratos tinham a duração de sete anos e foram celebrados em dólares, sendo pagos em kwanzas ao câmbio do dia, numa altura em que a economia do País já ressentia da crise financeira iniciada em 2014, que disparou as taxas de câmbio. Na altura, o GPL justificou a contratação das empresas com a necessidade de se colocar em execução o novo sistema de limpeza, saneamento e gestão dos resíduos sólidos.

Segundo o Diário da República, num despacho de 22 de Junho, JES orientou Higinio Carneiro a celebrar contratos com as empresas Queiroz Galvão Construções Limitada, no valor anual de 141,2

milhões de dólares; Consórcio Vista waste/suma, 63,7 milhões de dólares anuais; e com a Elisal, num valor perto de 55 milhões de dólares por ano.

No mês a seguir, em Julho, noutra despacho, o antigo Presidente autorizou a celebração de contratos com as empresas Nova Ambiental Limitada, num valor global em kwanzas, equivalente a 68,3 milhões de dólares, e com a Rota Ambiental, em 37,3 milhões de dólares anuais. Embora tenha sido autorizada a assinar o contrato em Julho de 2016, a empresa Rota Ambiental S.A teve os estatutos publicados apenas a 2 de Agosto do mesmo ano, após deixar de usar o nome de Nutritec - Agro-Industrial Limitada.

O NJ não conseguiu apurar os valores contratuais da empresa Sã Ambiente, porque a mesma não se encontra publicada em Diário da República.

OGE 2021 prevê 8,3 mil milhões Kz para limpeza de Luanda

O Orçamento Geral de Estado para este ano prevê cabimentar mais de 8,3 mil milhões de kwanzas para assegurar a limpeza e o saneamento da capital do País. O valor atribuído é mais de 19 vezes superior aos 427,5 milhões de kwanzas cabimentados no orçamento revisto de 2020.

Joana Lina garante que o Estado vai liquidar as dívidas com as operadoras.

"Estamos a apurar o valor global da dívida. O pagamento será feito, mas antes vai passar por um processo de certificação", assegura.

Cidadãos voltam a pagar pelo lixo no novo modelo

Com a suspensão dos contratos, a partir da primeira quinzena de Janeiro, a missão de manter o saneamento básico da província será responsabilidade das administrações municipais e distritais.

Nos próximos dias, o GPL prevê lançar um novo concurso público para a implementação do novo modelo de limpeza pública, higienização e controlo de vectores sólidos da província de Luanda. Nesse, apurou este semanário, pelo menos quatro das seis actuais empresas vão concorrer, e as regras de contratação vão ser actualizadas, sendo a exclusão de pagamento em moeda estrangeira uma das principais diferenças.

Neste novo modelo, o Estado prevê deixar de assumir, sozinho, os custos do lixo produzido pelas famílias e empresas, passando os cidadãos a comparticipar financeiramente no processo de recolha e tratamento do lixo, tal como aconteceu até 2018, em que estipulou para Luanda uma taxa de

limpeza que rondava entre 500 e 15 mil kwanzas, em que era indexada a factura de energia. A capital do País produz cerca de 6.800 toneladas de lixo por dia, sendo que a cobertura actual do sistema de limpeza atinge apenas 60% do volume de resíduos.

8.2 Novo modelo de recolha de lixo «engavetado» há mais de dois anos

Novo Jornal

8 De Janeiro de 2021

Em Dezembro de 2018, o Conselho de Ministro's aprovou um novo Modelo de Limpeza Pública e Gestão de Resíduos Sólidos para a província de Luanda, mas que se encontra «engavetado». Entre as novidades do novo modelo, está a recolha à porta em horários preestabelecidos, a repartição das responsabilidades entre o Estado, operadoras e utentes e a diferenciação do serviço de limpeza em função da caracterização urbana de cada município. Outro objectivo do novo modelo é a redução significativa da participação do Estado nos encargos financeiros com limpeza pública, que está actualmente estimado em cerca de 10 mil milhões de kwanzas mensais, Estima-se que o novo modelo reduza os custos pela metade.

8.3 O nosso «lixo»

Novo Jornal

8 De Janeiro de 2021

O ano 2020 foi uma lição que nos permitiu olhar para o nosso "lixo", que vem sendo atirado para debaixo do tapete, em todos os sentidos, permitindo que muitos responsáveis da governação considerem que o trabalho "realizado no tal sentido" foi capaz de gerar soluções eficazes e definitivas.

Logo no início da pandemia, um dos "lixos" que chocaram o País, pelo facto de muitos estarem distraídos ou atraídos para outras preocupações, foi a constatação de que a maioria das escolas não tinha água. Esse assunto, por si só, devia ser um motivo de séria preocupação, ponderação e análise ao mais alto nível da cadeia do poder angolano.

Para quem não sabe, informo que as escolas primárias são da responsabilidade dos governos locais (construção, manutenção, contratação, material didáctico, entre outras coisas). Vimos nascer em todas as províncias obras que não eram prioritárias e vimos obras que foram pagas, mas nunca foram terminadas. Não cabe na compreensão de ninguém

que a avaliação da escola primária pública tenha sido tão negligenciada a ponto de ter ficado provado que, para além de não terem carteiras, materiais didáctico, energia, ainda não tinham água. Se a escola primária não se tornar na instituição social pública mais acarinhada, a mais bem financiada e a mais protegida (por ser obrigatória e o pilar de toda a educação), jamais teremos desenvolvimento, por maior que seja o crescimento económico, e nunca lograremos um país para todos, sem fome.

Como poderemos pretender construir cidadãos responsáveis se não lhes damos os mínimos olímpicos presentes em países com menos recursos que o nosso? Que exemplo estamos a dar quando o Governo acha normal que as escolas não tenham água, não tenham carteiras, não tenham nada que seja capaz de fazer nascer a criatividade, o desafio, o sentido e a curiosidade para a transformação das nossas crianças e, do outro lado, vemos os gastos do aparelho governativo que não abdica de nenhum tipo de luxo? Como aceitar que a maioria dos alunos e professores defeque e urine nas imediações da escola em público e sem pudor, e só a Assembleia Nacional gaste milhares de dólares em papel higiénico? Que sociedade de valores estamos a construir? Não ouvimos, infelizmente, em nenhuma notícia que tenha sido criado um programa global para colocar água em todas as escolas, mesmo durante a pandemia, quando outros gastos foram tidos em conta como o metro de superfície, que não é nenhuma prioridade, antes pelo contrário, é um desajustado luxo num país esburacado e cheio de lixo.

Os "lixos" que por causa da negligência institucional têm sido reiterados a cada ano são imensos. Estão na Saúde ineficaz por falta de equipamentos de diagnóstico, meios materiais (incluindo água), técnicos e humanos. Temos "lixo" na Administração Pública, que não é avaliada e sustenta um número assustador de "funcionários turistas" que usam a instituição para fins próprios, num perpétuo desafio ao combate à impunidade e à luta contra a corrupção. Há "lixo" nos programas de propaganda desactualizados, descontextualizados, cuja eficácia nunca foi avaliada na resolução dos males que pretendiam resolver, não obstante os milhões de dólares que engoliram, a exemplo do "Programa de Água para Todos", do saneamento ausente e da vergonha de termos um país sem bastidores, onde tudo acontece a céu aberto e as cidades são construídas do asfalto para cima, sem um sistema de vigilância competente.

Há dias, saiu na imprensa que o Governo de Luanda declarou guerra a algumas empresas de tratamento do lixo, terminando com os seus contratos. Esse tem sido, ao longo dos anos, um dos momentos altos da

acção de todos os governadores. No entanto, por mais empresas que se tenham substituído, o que vemos é que a ineficiência tem sido a mesma, valorizando a sensação de que o que acontece é apenas a aniquilação da concorrência. O que esperamos é que esta mesmice não venha a acontecer agora e que a nova governação de Luanda prove que se pode ser sério na gestão do lixo, sem qualquer tipo de apetência nefasta que permite que a cidade se torne num sítio nauseabundo e local predilecto para o nascimento de todas as doenças de saúde pública e do enriquecimento ilícito de empresas com parentes na cozinha do poder, mas que não gostam de trabalhar.

O nosso lixo não é apenas material, também é mental. São disso testemunhas muitos dos programas que se tentam impor sem o concurso da concertação, garantindo apenas uma auscultação que nunca é vinculativa. Disso é também prova o OGE que todos os anos convida dezenas de associações e entidades da sociedade civil e individualmente consideradas, não na elaboração, mas na aprovação e que, depois de horas de discursos, o resultado final é sempre o que já estava estabelecido.

Temos um elevado grau de lixo argumentativo. Todos os dias, somos confrontados com esclarecimentos verdadeiramente estarecedores, como aquele que aconteceu quando mudaram o calendário escolar, cujo argumento foi o facto de muitos alunos irem estudar para o estrangeiro, quando a realidade é absolutamente contrária, apenas uma ínfima minoria tem posses para estudar fora de Angola. Ou o do ministro que nos mandou para a lavra por causa de um exemplo de sucesso de que foi testemunha, dando a sensação de que todos os desempregados e população mais pobre só não comem três refeições por dia porque não gostam da enxada. Só se esqueceu de nos mostrar em que lavra é que o jovem do Catambor ou da Chicala pode trabalhar. Apenas alguns casos a título de exemplo, pois são imensas as incongruências que ouvimos quando querem desculpar os erros da governação.

O nosso "lixo", infelizmente, é um sério problema que urge resolver com rigor científico, impedindo que tudo aquilo que não for prioritário, eficaz, eficiente, honesto, mereça uma séria avaliação em 2021 para que possamos poupar recursos e dedicarmo-nos às acções que, de facto, surtam impacto na vida e na mesa dos cidadãos mais pobres que são a maioria dos eleitores. Esperemos que não repita a angustiante e deprimente performance pré-eleitoral de oferecer todas as promessas dentro de cestas básicas ou rios de cerveja nas maratonas eleitorais, deixando água na boca dos que nada têm. A paciência dos povos é elástica, mas a história mostra que nunca é eterna. E

há uma realidade que não necessita de confirmação científica, que é aquela que aleija quando o estômago se cola às costas. O exemplo das recentes eleições na Namíbia, país cujas condições estão para além do que algum dia aconteceu em Angola e aonde os angolanos recorrem para serviços de saúde, lazer, educação e emprego, devia servir de farol para todos aqueles que acham que têm o rei na barriga, que acreditam que as vitórias são realidades permanentes ou que o povo pode ser eternamente manipulado.

8.4 Manuel Caterça acusado de desviar mais de 10 mil milhões de kwanzas da Elisal

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2021

Texto: Manuel Mateus

Manuel Mateus Caterça, antigo presidente do Conselho de Administração da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), é acusado de desviar mais de 10 mil milhões de kwanzas, durante a sua gestão no exercício económico 2017/2019. A informação consta de um relatório da Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE) a que o *Jornal de Angola* teve acesso.

Segundo o relatório, a IGAE analisou 444 transacções interbancárias da Elisal, do ano de 2017, tendo verificado a movimentação de mais de 52 milhões de kwanzas, subtraídos por via de um cartão multicaixa emitido pela empresa e entregue à custódia do antigo presidente do Conselho de Administração, Manuel Caterça, com o qual fazia dois movimentos diários de 25 mil kwanzas, durante um período de três anos, além de efectuar vários pagamentos em stands de automóveis, lojas e supermercados.

A IGAE analisou ainda 77 transacções bancárias no Banco Angolano de Investimentos (BAI), realizadas em 2018, cujo valor total é de 85 milhões de kwanzas, pagos a singulares sem qualquer justificativo e suporte documental. O relatório aponta a ausência de cópias de contratos de prestação de serviços previamente estabelecidos entre a Elisal e suas prestadoras, valores de facturas diferentes dos que aparecem espelhados no extracto bancário, pagamento de combustíveis não justificados, bem como um conjunto de transacções bancárias feitas nas mesmas condições.

O documento sublinha que a acção inspectiva analisou, em 2019, um total de 36 transacções bancárias, estimadas em mais de 38 milhões de kwanzas, constatando-se as mesmas irregularidades

cometidas no período anterior. Nas contas da Elisal domiciliadas no Banco Sol foram analisadas 51 transferências interbancárias, e ficou provado que mais de 41 milhões de kwanzas foram pagos a supostos funcionários da empresa.

De 2017 a 2019, foram registadas irregularidades calculadas em mais de 220 milhões de kwanzas, nas contas da Elisal domiciliadas no Banco Atlântico Millenium. Dados recolhidos pelo Jornal de Angola indicam que foi justamente no mandato de Manuel Caterça que dois funcionários públicos, devidamente identificados no documento, beneficiaram entre 18 e 30 salários, incluindo os respectivos subsídios de férias, indevidamente, por conta da dupla efectividade na empresa e no aparelho do Estado. Manuel Mateus Caterça foi nomeado para exercer as funções de coordenador da Comissão de Gestão da ELISAL- EP através do Decreto 257/2016, de 17 de Maio.

Aterro Sanitário

Em relação à gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos, Manuel Caterça explicou que antes do Conselho de Administração por si dirigido entrar em funções, a responsabilidade de gerir o "Aterro Sanitário" era do Governo Provincial de Luanda, cujos custos rondavam os 340 milhões de kwanzas/mês.

Segundo Manuel Caterça, quando a Elisal assumiu a responsabilidade de gerir a instituição percebeu que a empresa não tinha capacidade financeira para suportar as despesas, razão pela qual orientou a redução das mesmas, inicialmente em 50 por cento, um exercício que prosseguiu até anular todas as despesas. O antigo PCA da Elisal disse que sabia da existência de trabalhadores que auferiam salários duplicados, e que não foi a tempo de implementar um plano que já estava traçado, que visava reduzir o número de trabalhadores de 1.700 para apenas 800. "Não se tratava de dupla efectividade. Havia funcionários que, a julgar pelas suas competências técnicas, prestavam serviço às suas empresas, e no final do expediente se dirigiam à Elisal, para realizarem trabalhos extras", referiu.

Violação dos princípios da Administração Pública

O advogado Rui Afonso, especializado em Contratos Fiscais Societários Penais, disse ao Jornal de Angola que os agentes públicos, que durante o exercício das suas funções violam qualquer dos princípios da Administração Pública, deveriam ver os seus direitos políticos suspensos por um período de 3 a 5 anos.

De acordo com o especialista, em caso de violação de qualquer dos princípios da Administração Pública, os

agentes públicos, no exercício das suas funções, além de verem os direitos políticos suspensos, por um período de 3 a 5 anos, devem ser multados até 100 vezes igual ao valor da remuneração que o agente tenha recebido, e podem ser proibidos de realizar contratos com entidades públicas e receber benefícios ou incentivos fiscais.

"Caso o comportamento do agente público preencha os requisitos legais de um crime penal, podem ser responsabilizados criminalmente, pelos seus comportamentos", disse. Para o advogado, os agentes públicos podem, também, ser responsabilizados, nos termos do art.º 473.º do Código Civil, pelo enriquecimento sem causa, ou seja, caso não consiga justificar a origem legal da riqueza deve restituir tudo o que conseguiu ilegalmente.

Sobre as implicações que um gestor público pode incorrer, caso viole os Princípios da Responsabilidade e Responsabilização e o Princípio da Lealdade, previstos nos art.º 10.º e 14.º, da Lei n.º 3/10, de 29 de Março, Rui Afonso esclarece que a Lei n.º 30/10, de 29 de Março, sistematiza as principais normas que consagram os deveres, responsabilidades e obrigações dos agentes públicos, procurando assegurar uma maior imparcialidade, moralidade e probidade públicas dos agentes públicos.

"Deixei a Elisal com lucros de mais de dois mil milhões de kwanzas"

Contactado pelo Jornal de Angola para se pronunciar sobre as acusações que pesam sobre si, o antigo presidente do Conselho de Administração da Elisal negou ter desviado dez mil milhões de kwanzas da empresa. "Este buraco financeiro resulta de uma dívida que o Governo Provincial de Luanda contraiu, junto da empresa, pelos diversos serviços prestados àquela instituição", disse. Manuel Caterça justificou que até ao final do seu mandato, o Governo Provincial de Luanda tinha uma dívida com a Elisal estimada em mais de dez mil milhões de kwanzas, ao contrário do que se quer propalar que o desfalque financeiro resulta de má gestão.

O acusado, que trabalha como advogado e docente universitário, disse ao Jornal de Angola que encontrou a ELISAL em situação de falência técnica, mas deixou a empresa com lucros de mais de dois mil milhões de kwanzas no exercício económico de 2019. "Encontrámos a Elisal numa situação lastimável, em termos de organização interna, com destaque para os atrasos nos pagamentos de salários e à Segurança Social. Também havia problemas na administração das diferentes despesas internas", disse.

Sobre a existência do cartão multicaixa, através do qual fazia várias transacções financeiras ao longo do seu mandato, afirmou que a Elisal era 70 por cento mecanizada, e que, por essa razão, mandou emitir um cartão corporativo controlado por ele, para facilitar a realização de despesas imediatas e manter a empresa funcional. Explicou que os processos de pagamento por Ordem de Saque, nas instituições bancárias, demoravam de 24 a 72 horas, razão pela qual orientou a emissão do referido cartão. "Havia alturas em que era necessário pagar uma conta, porque uma determinada viatura estava paralisada por falta de uma simples bateria", sustentou.

Quanto às mais de 50 contas abertas para receber os emolumentos oriundos dos mais de cinco mil clientes da empresa, o ex-gestor avançou que isso resultou de uma estratégia comercial, pois a Elisal, além do seu compromisso com o Governo Provincial de Luanda, enquanto principal cliente, criou uma área comercial que prestava serviços a várias empresas, desde armazéns, lojas, centros comerciais, supermercados, fábricas e restaurantes. "Foram criadas várias contas por uma questão de dinâmica da própria acção comercial, o que não implica que a contabilidade estivesse desorganizada", justificou.

8.5 Ruas do Cazenga beneficiam de obras

Jornal de Angola

24 De Janeiro de 2021

Texto: Justino Victorino

Quatro ruas estruturantes do município do Cazenga vão beneficiar, ainda este ano, de obras de reabilitação, para permitir maior mobilidade aos automobilistas e transeuntes a nível da circunscrição, anunciou, ontem, em Luanda, o administrador local, Tomás Bica.

09/01/2021 ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO 15H35

As ruas a serem requalificadas, são a 7ª Avenida, Rua das Conduas, Terra Vermelha e da Nocal (Porto Santo). Em declarações ao *Jornal de Angola*, por ocasião das festividades do Dia do Município do Cazenga, que hoje se assinala, sob o lema "Cazenga minha paixão, Cazenga meu compromisso", o administrador disse que, para o início da empreitada, foi já lançado o concurso público que, neste momento, aguarda apenas pelo pagamento.

Além da asfaltagem, os trabalhos vão incidir no saneamento básico e drenagem, de modo a evitar acumulação de água nas vias terciárias e secundárias por altura das chuvas. Tomás Bica disse que, no

quadro das acções, serão privilegiadas a reabilitação das vias de comunicação, saneamento básico e a segurança pública. "Temos desencadeado acções de avaliação em relação ao combate à criminalidade e já existe um programa, que passa pela recuperação da iluminação pública".

"Cazenga sempre foi vista como uma zona onde o nível de delinquência é elevado. Por isso estamos a fazer um diagnóstico nos seis distritos para, a depois, gizarmos uma metodologia capaz de responder às aspirações e anseios da juventude e, assim, podermos controlar a criminalidade", pontualizou. Para o combate à criminalidade no Cazenga, disse ser necessário primar pela formação profissional dos jovens, como sendo uma via da resolução dos problemas destes.

Argumentou que um indivíduo com profissão, facilmente consegue emprego, daí a necessidade de se apostar, cada vez mais, na formação para poder integrá-los na sociedade. Por outro lado, Tomás Bica admitiu que o Cazenga é dos poucos municípios que tem um plano estratégico de desenvolvimento e, por isso, torna-se fácil gerir a circunscrição. Além disso, um outro documento importante é a Carta escolar. O diploma apresenta o número de escolas, suas necessidades e obras de reabilitação.

Relativamente aos projectos do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), estão em execução, no Cazenga, quatro escolas, uma quadra poli-desportiva e Esquadra da Polícia. As obras só ficam concluídas no primeiro trimestre deste ano. "Não queremos vender sonhos aos munícipes, pois todos os projectos traçados têm cobertura e tudo é possível realizar. Precisamos apenas da colaboração de todos, uma vez que os recursos estão disponíveis", disse o administrador.

Shopping Kicolo

No quadro das festividades do Dia do Município do Cazenga, será lançada hoje a primeira pedra para a construção do primeiro Shopping Kicolo. De acordo com Tomás Bica, o shopping, uma iniciativa privada, vai, na sua fase de construção, dar 160 postos de emprego. Após a conclusão vai gerar 400 empregos directos. "Estou satisfeito, porque muitos dos jovens poderão encontrar o seu primeiro emprego neste shopping. O empreendimento vai apoiar os programas da administração municipal, no âmbito da empregabilidade", admitiu.

Programa

O programa de actividade, reserva ainda a reabilitação da iluminação pública de algumas ruas, abertura da circulação rodoviária da rua dos Comandos e uma campanha de limpeza. Também está previsto a pintura de lancis e árvores, que será seguida do acto central que vai homenagear os munícipes distintos do Cazenga. O Dia do município foi marcado, pela primeira vez, a 9 de Janeiro de 1946, ano em que se registou o primeiro morador daquela zona, Pedro Guilherme Cazenga.

Soleima Gongga, uma das expositoras, levou para o evento material à base de palitos e papelão, que servem para fazer de tudo um pouco nomeadamente, vasos, cestos de pão, enfeites de mesa, de cozinha, fruteira, porta-batom e porta-guardanapos. "Sempre que exponho os meus produtos, os clientes adquirem, maioritariamente, os enfeites de mesa e cestos de pão, o que me incentiva a produzir mais artigos do género", realçou na ocasião a expositora.

8.6 Artigos reciclados expostos dois dias em feira no Benfica

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2021

Artigos reciclados, bem como técnicas de tratamento de resíduos sólidos, produzidos em Luanda, estão expostos numa feira aberta sexta-feira e que encerrou hoje, no Distrito Urbano do Benfica, em alusão à Semana Nacional do Ambiente.

Sob o lema: "Proteger a biodiversidade para um desenvolvimento sustentável e harmonioso", o evento, promovido pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, albergou, durante dois dias, além da área de exposição de produtos, projectos de valorização de resíduos de instituições académicas, jogos, concursos de recolha selectiva para crianças e uma praça de restauração.

O secretário de Estado para o Turismo, Hélder Marcelino, disse que a actividade foi concebida no sentido de reforçar as campanhas de sensibilização e consciencialização da população sobre os impactos negativos do descarte inadequado dos resíduos, cujos efeitos se fazem sentir no ambiente e na saúde humana.

"Esta primeira edição da 'Expo Recicla' assume-se como um espaço privilegiado sobre a transmissão de conhecimento presente e futuro, sobre as vantagens da valorização dos resíduos sólidos urbanos no fomento do empreendedorismo verde e da economia circular, com reflexos positivos sobre o desenvolvimento sustentável", realçou o governante.

A presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Resíduos, Nelma Caetano, informou que a feira alberga 40 expositores divididos em três áreas, sendo a participação gratuita, na qual os intervenientes foram, à partida, incentivados a apresentar somente lixo reciclado em papel, metal e plástico.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

10. AMBIENTE

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Empresas chinesas americanas e europeias disputam' CFB

Jornal Expansão
8 De Janeiro de 2021

Empresas chinesas, americanas e europeias (uma suíça e outra alemã) manifestaram interesse em garantir a concessão de exploração, gestão e manutenção do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), para o transporte geral de cargas como minerais e contentorizada do Luau para a sua exportação pelo Porto do Lobito, apurou o Expansão.

O lançamento oficial do concurso deverá apenas acontecer até final de Março, mas ao que o Expansão apurou, uma das empresas europeias já sugeriu ao Executivo ter 500 milhões USD para investir. No entanto, receiam que a influência da China - maior credor angolano e país com a qual o Executivo tenta negociar o congelamento do pagamento de juros e amortização de dívida junto da banca comercial- que tem um plano global para captar recursos de cobre em todo o mundo, possa condicionar a decisão sobre o concurso. Isto porque a rentabilização do CFB depende, obviamente, do transporte do cobre com origem no Congo e na Zâmbia.

De acordo com fonte oficial do CFB, no domínio das infra-estruturas estão em construção dois ramais sendo um na província de Benguela na zona industrial da Teka, bem como a construção do ramal ferroviário de acesso às instalações de armazenamento de combustíveis da Sonangol na cidade do Luena, província do Moxico.

Segundo a fonte, no âmbito dos investimentos, o CFB beneficiou de três Unidades Múltiplas Diesel (DMUs), bem como a recepção das duas últimas

locomotivas da General Electric, reforçando assim a sua frota com um total de 50 locomotivas, a fim de tornar mais rentável e acessível à plataforma logística do corredor do Lobito.

As principais mercadorias transportadas em 2020 no CFB e com origem nacional foram combustível, material de construção, bebidas e gás liquefeito.

Já de tráfego internacional transportou-se manganês, cobre e enxofre. "O frete é determinado com base no classificador de mercadorias (A,B,C e D) tendo em conta a especificação de cada uma, sendo que existem duas tabelas de preços em função do tráfego (Kz) para o nacional e (USD), para o tráfego internacional", referiu a fonte.

V.P.